



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

1

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Às 19h15min, dos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, nas dependências da Câmara Municipal de São José dos Campos, à rua Desembargador Francisco Murilo Pinto, nº 33, Vila Santa Luzia, teve início à audiência pública.

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Senhoras e senhores, boa noite! Sejam muito bem-vindos à Câmara Municipal! Vamos dar início aos trabalhos da audiência pública em relação ao Processo 9.243/2019 – Projeto de Lei Complementar 11/2019, que estabelece as normas relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo, em consonância com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos aprovado e instituído pela Lei Complementar 612, de 30 de novembro de 2018. Para dar andamento aos trabalhos, convidamos para compor a Mesa Diretora o vereador Robertinho da Padaria – presidente desta Casa; vereador Walter Hayashi – presidente da Comissão de Planejamento Urbano, Obras e Transportes desta Casa; vereador Roberto do Eleven; senhor Marcelo Manara – secretário municipal de Urbanismo e Sustentabilidade; senhor Oswaldo Vieira de Paula Júnior – diretor de Planejamento da Prefeitura; vereador José Dimas – membro da Comissão de Planejamento desta Edilidade; e senhor Rodolfo Marcos Venâncio – diretor de Obras Particulares. Gostaríamos de registrar e agradecer a presença da vereadora Dulce Rita, vereadora Flávia Carvalho, vereador Sérgio Camargo, vereador Cyborg, vereadora Renata Paiva, vereador Juvenil Silvério, vereadora Juliana Fraga, vereador Wagner Balieiro, vereadora Amélia Naomi, senhor Leandro Ray – Secretaria de Governança, senhor Jairo Salvador de Souza – Defensor Público. Esclarecemos que os interessados em se manifestar deverão se inscrever a partir de agora, na mesa que se encontra neste Plenário, ao lado da porta de entrada, tendo para tanto trinta minutos. Cada inscrito terá direito a manifestação de, no máximo, três minutos. O desenvolvimento da audiência pública terá a seguinte organização: 1ª Parte – Abertura e comentários pelo presidente da Câmara Municipal, bem como pelo presidente da Comissão de Planejamento Urbano, expondo os motivos e objetivos da audiência pública; 2ª Parte – Apresentação, pelos técnicos da Prefeitura, para exposição do assunto objeto da audiência pública, com duração máxima de trinta minutos; 3ª Parte – Manifestação dos cidadãos presentes e representantes de interesses de segmentos da sociedade e dos partidos políticos, com duração máxima de três minutos para cada um; 4ª Parte – Comentários por parte dos técnicos do Poder Público, com duração máxima total de quinze minutos; 5ª Parte – Encerramento pelo presidente da Câmara Municipal e pelo presidente da Comissão de Planejamento Urbano, Obras e

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

2

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Transportes. Para a manifestação dos cidadãos, será obedecida a ordem de inscrição, sendo que cada um terá direito a uma única manifestação. O tempo total do conjunto destas manifestações não poderá exceder a cento e vinte minutos. Todas as manifestações ocorridas na audiência pública serão gravadas e posteriormente disponibilizadas no site da Câmara para divulgação e controle público. Durante a audiência pública será mantido no recinto, para consulta dos interessados, cópias físicas e notebook contendo a Lei Complementar 612/2018 e o Projeto de Lei Complementar 11/2019. Eventuais casos omissos em relação ao procedimento da audiência pública serão resolvidos pela presidência dos trabalhos. Com a palavra o presidente da Mesa, vereador Robertinho da Padaria.”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Boa noite a todos! Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa para esta audiência pública que nós vamos realizar no dia de hoje sobre a Lei de Zoneamento, um projeto importante para nossa cidade, uma proposta de projeto que está tramitando nesta Casa desde o dia 8, né, secretário? Desde o dia 8 esse projeto está tramitando aqui nesta Casa. Sem pressa esta Câmara, com responsabilidade, tem ouvido as pessoas, inclusive já teve aqui nesta Casa uma reunião pública, que foi comandada pelo vereador Walter Hayashi, que é o presidente da Comissão de Planejamento, inclusive aonde teve mais de duzentas sugestões, viu, vereador? Que ajudou, então, nesse projeto de lei. E doze audiências, secretários, doze audiências que já foram realizadas na cidade, doze, inclusive uma aqui na Câmara, uma aqui na Câmara, mais a reunião pública que foi conduzida pelo vereador Walter Hayashi, que é o presidente da Comissão, e agora mais esta audiência pública aqui na Câmara. Portanto, somando um total de três reuniões aqui na Câmara. Portanto, sem pressa, porque é um projeto importante para nossa cidade, que é a Lei de Zoneamento, que é uma lei que a gente precisa pensar no crescimento da nossa cidade para que a cidade possa desenvolver economicamente, mas que não tire a qualidade de vida da nossa cidade. Então, várias reuniões já foram feitas, discutido e agora mais esta audiência de hoje para ouvir sugestões de vocês até mesmo porque até ainda o dia 26 nós temos o prazo aqui para emendas. Então, eu queria dizer a vocês que a Casa está aberta para ouvir sugestões e quero que vocês façam... aproveitem e tenham uma boa audiência pública. Vereadora, nós estamos em audiência pública. Sim, vai se inscrever e todos vão falar. Todos vão falar, vereadora.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Gostaríamos de agradecer a presença do

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

3

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

vereador Marcão da Academia. Com a palavra o presidente da Comissão de Planejamento Urbano, Obras e Transportes desta Casa, vereador Walter Hayashi.”

O presidente da Comissão de Planejamento Urbano, Obras e Transportes, vereador WALTER HAYASHI:- “Senhoras e senhores, boa noite! Sejam bem-vindos à nossa Casa! Hoje, a Câmara cumpre mais uma etapa desse processo de discussão da Lei do Zoneamento. E quero aqui inicialmente agradecer, agradecer aos funcionários da nossa Casa que deram todo o suporte e o acompanhamento necessário para que culminasse hoje na nossa audiência pública atendendo o que reza a nossa Lei Maior, a nossa Constituição, a Lei Orgânica Municipal. Estamos reunidos aqui hoje após um trabalho intenso que foi feito ao longo desse tempo todo. Eu participo já de Plano Diretor e Lei de Ocupação e Uso do Solo há bastante tempo. Em 95, no Plano Diretor; depois, também, no Plano Diretor de 2006; também no Plano Diretor agora de 2017; Lei de Zoneamento de 95; Lei de Zoneamento de 2010; outras revisões parciais na Lei de Zoneamento também tive participação; e agora nós estamos com uma proposta de um novo zoneamento. Quero dizer para vocês que quem me ajudou nesse trabalho foi a Comissão de Planejamento Urbano, Obras e Transportes. Vereador Lino, que por... por um motivo... ele sofreu um acidente, não está presente hoje, mas ele é o relator da nossa Comissão. E a Comissão é composta também pelo vereador José Dimas, vereador Eleven, vereador Calasans e vereador... José Dimas já falei. Esses membros da Comissão, nós fizemos reuniões, recebemos a população, recebemos entidades, recebemos os diversos segmentos da sociedade e pessoas também na sua individualidade trazendo aqui o seu pleito, trazendo aqui a sua sugestão e fazendo comentários em cima da proposta que a Prefeitura apresentou há dois meses atrás. Ficou muito claro, nós sempre deixamos claro o seguinte: nós somos... nós fazemos a intermediação, e fizemos a intermediação, desses pleitos que nos chegaram. A efetivação depende exclusivamente dos técnicos da Prefeitura. E faço um parêntese para enaltecer e elogiar o empenho e o trabalho que esses técnicos fizeram, comandados pelo secretário Manara e os diretores Rodolfo e Oswaldo e sua equipe, produziram então esse texto que hoje está na nossa Casa, na Câmara Municipal, para ser avaliado pelos vereadores e é esse projeto devidamente estudado, feito, revisado, ele chegou na nossa Casa e nós temos aqui ainda mais três dias para o prazo de emendas individuais dos vereadores, depois vai para as Comissões, aí nós temos um prazo que ainda nós vamos debater esse projeto. Quero dizer para vocês que esse trabalho, que culmina hoje com a apresentação do texto final, foi feito com participação

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

4

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

de todos os segmentos da sociedade, através da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. Então, acreditamos que esse texto é o melhor possível para nossa cidade porque nós sabemos da capacidade técnica que a Prefeitura tem nos seus quadros. Então, quero parabenizar vocês por esse trabalho e agradecer porque é um trabalho muito cansativo, mas em nenhum momento vocês afrouxaram a corda. Então, parabéns! E passo aqui... devolvo aqui a palavra para o nosso presidente Robertinho da Padaria.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Neste momento teremos a apresentação técnica pelo senhor Marcelo Manara, Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal, e pelos servidores Oswaldo Vieira de Paula Júnior e Rodolfo Marcos Venâncio.”

O secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, MARCELO MANARA:- “Boa noite a todos! Boa noite, presidente! Boa noite, vereador Walter, presidente da Comissão de Planejamento Urbano! Antes, eu gostaria de parabenizar a todos os vereadores aqui desta Casa que desde abril, como o presidente mencionou, numa condução da Comissão de Planejamento Urbano, desde abril vêm participando ativamente desse processo de ouvir a população de uma grande colheita das ansiedades e das opiniões para que nós tivéssemos além da trajetória toda que tivemos nas audiências públicas, mas também esta Casa aberta e debatendo os grandes temas que compõem essa proposta de zoneamento. Então, parabeno muito a todos os vereadores aqui presentes. Também queria aproveitar o momento e parabenizar a toda a equipe da Secretaria aqui na figura dos dois diretores que coordenaram brilhantemente essas discussões, um trabalho intenso, um trabalho árduo, um trabalho múltiplo, o Rodolfo Venâncio e o Oswaldo Vieira. Também aproveito, em nome deles, para parabenizar a todos aqueles que participaram das Seurbs e das demais secretarias que estiveram empenhadas, desde o Plano Diretor e agora no zoneamento, para a construção das principais políticas públicas, mãe da cidade: o Plano Diretor e o zoneamento. E assim deve ser feito, porque São José dos Campos como uma capital regional, como uma cidade segundo agora recentemente a Financial Times apontou como a quarta cidade mais atrativa de investimentos na América Latina, nós precisamos sim ter documentos, ter políticas públicas sólidas para a segurança jurídica para que nós possamos desenvolver a cidade com geração de emprego e renda e qualidade de vida. Então, é um momento muito especial, São José dos Campos precisa ter essa segurança jurídica e a proposta do zoneamento, que foi

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

5

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

apresentada inicialmente dia 14 de junho, passou por uma ampla discussão e debate e aqueles que puderam avaliar o documento que subiu no dia 14 de julho para o documento que foi protocolado aqui no dia 8 de agosto, que é as contribuições, e eu vou apresentar aqui... Ah, por favor! Ah, eu que comando aqui? Tá. Então, aqui é importante resgatar... Bom, é importante resgatar toda a história recente de discussões de políticas públicas de ordenamento territorial. Então, se nós avaliarmos desde 2013 os esforços ocorridos para a construção de uma proposta de um novo zoneamento, nós já discutimos com a Prefeitura e a Câmara Municipal, já empenhadas em discussão com a população, duas audiências públicas 2013, vinte audiências em 2014, cinco outras audiências em 2014. Então, em 2014, foram vinte e cinco, cinco audiências públicas no zoneamento que não foi aprovado, mas a oportunidade das discussões é que fazem referência a essa trajetória que remonta à 2013. 2016 já ingressando, embora tivéssemos que ter o Plano Diretor concluído em 2016, mas em 2016 foi iniciado o processo de discussão no Plano Diretor, com doze oficinas públicas. Aí já ingressando em 2017 e 18. Logo no início de 2017, 6 audiências públicas para pacificação daquela questão que impedia 26 grandes glebas de ter o seu zoneamento por força de uma Adin. Ingressamos outubro/2016 a novembro/2018 na trajetória de construção do Plano Diretor. Lá se foram 116 reuniões gerais, sendo 54 reuniões públicas, 2.500 pessoas participando, 175 mil acessos ao site. Destas, 54 foram grandes chamamentos públicos, né? Em termos comparativos, e eu faço sempre questão de mencionar, São Paulo realizou no seu Plano Diretor – São Paulo (Capital) – 69 grandes reuniões públicas e aqui em São José fizemos 54. 1.238 sugestões, com índice de acolhimento de 23.5% e, somados a acolhimentos parciais, outros 34.2%, sempre apresentando o caderno de devolutivas. Desde a Adin, nós sempre fizemos questão. Da dona Maria e do senhor Zé que estão aqui presentes, que vêm e falam ao microfone ou protocola documento, todos eles recebem a sua informação daquilo que foi analisado da sua proposta, do seu entendimento. E agora, na trajetória da discussão da Lei do Zoneamento, 33 reuniões de plenárias e câmaras técnicas dos conselhos CMDU, Comam e Comob, que foi, com muita competência, conduzida pelo Rodolfo Venâncio na coordenação desses trabalhos; 12 audiências públicas, de junho e julho/2019; 282 inscritos para fala e sugestões; protocolo agora em agosto. Então, como balanço, foram 668 sugestões protocoladas, 362 contribuições orais nas audiências e também apresentamos recentemente, já estão disponíveis no site, 4 cadernos de devolutivas, atendendo a todas essas oportunidades

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

6

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

de colheita e conversa. Inclusive, vereador Walter, o caderno de devolutivas com relação àquela reunião pública do dia 22 de agosto também é uma peça disponível para ser avaliada por todos. Então, na sequência dessas devolutivas, nós tivemos a atenção a voltar ao Plano Diretor porque lá nós tivemos 189 contribuições, que na oportunidade nós respondemos que não era tema de Plano Diretor e que ele seria respondido no momento do zoneamento. Então, esse caderno de devolutivas está disponível agora com relação a esses retornos. Dos documentos protocolados: 668. Tivemos 186 acolhimentos e 224 acolhimentos parciais. Nas falas das audiências públicas, 362 manifestações das 280, porque às vezes a pessoa chega, fala três minutos, ela coloca três, quatro sugestões, críticas e recomendações. Das câmaras técnicas 139, sendo o maior percentual aí, a maior quantidade de acolhimento porque foram debates dentro das Câmaras, dentro dos Colegiados. No total geral de contribuições, nós tivemos 1.341 contribuições: acolhidos foram 329 com um percentual de 38.6%, lembrando que as 489 que não são matérias do zoneamento elas saem desse percentual que trata dos números... aí da estatística dos números absolutos. Desconsiderando o que não é matéria do zoneamento, tivemos 38.6% de acolhimento e parcialmente acolhido 26.5. Esclarecendo, já de antemão, que o acolhimento também trata daquilo que já estava previsto e descrito no documento e que as pessoas se manifestaram, então, favoravelmente àquilo que já fazia parte integrante do texto. Aqui, esse balanço está dividido nas várias audiências públicas em termos das Fala nas Audiências: o que foi acolhido, por exemplo, no Bosque dos Eucaliptos, o que foi acolhido na audiência pública do centro. Então, é todo um trabalho estatístico porque o aprimoramento do caderno de devolutivas é uma grande meta que nós temos. Para quem olhar o caderno de devolutivas de outras cidades, vai perceber nitidamente o empenho que essa equipe tem em respeito a todos os manifestantes que vêm e trazem as suas contribuições. Então, nós estamos nos esmerando não só para informar aquilo que foi analisado, acolhido ou não acolhido, mas também para distribuir isto e demonstrar estatisticamente como que o joseense traz as suas contribuições nesses momentos de chamamento público. Aqui eu vou passar então para o engenheiro Oswaldo que vai entrar na parte da apresentação dos principais pontos do zoneamento.”

O diretor de Planejamento Urbano e Rural da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, OSWALDO VIEIRA DE PAULA JÚNIOR:- “Bom, boa noite a todos! Eu vou tentar fazer uma síntese aqui do projeto de lei, abordando aquilo que realmente alterou

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

7

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

entre a proposta protocolada no dia 14 de junho e a recente protocolada na Câmara. Vamos lá! Lembrando a todos que o zoneamento, ele é pautado pelo Plano Diretor no seu aspecto do macrozoneamento territorial, onde se dividiu a cidade em três grandes macrozonas: a Macrozona de Consolidação, a de Estruturação e a de Ocupação Controlada; a questão das Centralidades Urbanas, que foram estabelecidas com seus perímetros no próprio Plano Diretor; a Macroestrutura Viária, que ela já vem do Plano de Mobilidade e ela é aperfeiçoada dentro do Plano Diretor com relação às avenidas e corredores de uso que nós propusemos aí na proposta; as Áreas Urbanas de Interesse Ambiental, com relação não só à proteção das várzeas do Rio Paraíba do Sul, mais os Cerrados e os fragmentos florestais de Mata Atlântica; a questão das Áreas de Desenvolvimento Estratégico; e o Coeficiente de Aproveitamento e Instrumentos Urbanísticos e aqui principalmente a outorga onerosa. Lembrando que o Plano Diretor já determinou tanto o coeficiente básico da cidade (1.3) quanto o coeficiente máximo e as áreas verticalizáveis. A verticalização já foi preestabelecida pelo Plano Diretor. O que o zoneamento faz é regrar os parâmetros de uso e ocupação do solo. Vamos lá! O projeto de lei que eu vou apresentar, ele está discorrendo em temas: Zona Rural, Parcelamento do Solo, Classificação de Usos, Incentivos Urbanísticos, Incentivos para Sustentabilidade e as Zonas de Uso efetivamente. Vamos lá! Com relação à zona rural, no Plano Diretor já foi estabelecido o macrozoneamento, sobre esse macrozoneamento desde o Distrito de São Francisco Xavier, a região do Rio do Peixe, represa do Jaguari, toda aquela região ao norte da zona norte urbana, como Freitas, Costinha, e ao sul da Carvalho Pinto. Então são grandes macrozonas, cada uma com seu nome: APA de São Francisco, Proteção de Recursos Hídricos, Desenvolvimento Sustentável, Potencial Turístico e a Serra de Jambeiro. Cada uma com uma premissa e com uma diretriz. E as atividades que foram propostas já em junho de... agora, 2018... 19 elas não sofreram modificação em relação ao que foi protocolado na Câmara agora em 14 de agosto. Então uma série de atividades que percorrem o território rural, desde aquelas convencionais, agrícolas, pecuárias e florestais, até a questão do residencial, que é o módulo mínimo rural de 20 mil metros quadrados, as atividades de pesquisa, ecoturismo, até a produção de energia limpa. A mudança que nós tivemos... Uma mudança que nós propusemos em relação ao proposto em junho foi com relação aos parâmetros de uso e ocupação. Para regularização dos núcleos rurais, nós temos a figura da ZM5 para os loteamentos de interesse social e a figura da ZR para os loteamentos de interesse específico, mas em função de algumas

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

8

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

características de alguns bairros que são mistos, a exemplo de Fazendão e Igarçu, foi preciso fazer uma modificação e acrescentar também a possibilidade da ZM5 para regularização do interesse específico na zona rural. Falar um pouquinho de loteamento então. Loteamento é fundamental para a organização da cidade, principalmente na Macrozona de Estruturação, quer dizer, os novos bairros que nascem, com o arruamento, as novas áreas públicas, institucional, verde e de lazer, que vão, na verdade... onde vão ser implantados os equipamentos públicos e comunitários para atender a comunidade. Então o loteamento, ele é fundamental dentro da regra do jogo da organização do território. Nós mantivemos a proposta com os lotes... redução para o lote 175 m², a redução de 450 para o lote de 250 na ZR e o de 125m², que seria na ZM5, com o adicional de área institucional. Aí não houve alteração na proposta neste sentido. Na questão do loteamento também, para fomentar o loteamento na cidade, nós mantivemos as estratégias elencadas inicialmente, como loteamento por etapas, a questão da revisão dos custos excessivos das garantias hipotecárias, maior incremento de áreas verdes, que a gente vai mostrar em algumas Zonas de Uso, a possibilidade de transferência também da área institucional de um bairro para o outro. Agora, o que entrou de novo em relação à proposta de junho para agora, na Câmara, foi a questão do desdobro. Hoje a legislação, ela diz que só podem ser desdobrados os lotes de loteamentos aprovados antes de 1997. Então nós revisamos toda essa lógica, dentro da Prefeitura isso era algo que perdurava há muitos anos e nós flexibilizamos, então nós estamos admitindo agora no projeto de lei protocolado na Câmara a figura do desdobro para todos os lotes, o que vai demandar é o tamanho mínimo do lote para cada zona. Se é uma Zona Mista com lote de 175, uma testada de 7, é ele que vai permanecer. A vedação se mantém em ZR. A única área que não se desdobra na cidade são os lotes de Zona Residencial, a ZR mantém o lote da origem. E mantivemos também a proposta do teto de 50.000 m² para a questão do desmembramento na cidade. A partir de 50 mil, na Macrozona de Estruturação é obrigatório o loteamento. Classificação de Usos. Mantivemos a graduação da mesma forma da proposta para o projeto de lei, fizemos somente um ajuste em relação a algumas atividades, né? Então assim, a figura do CS, que é a grande massa de comércio e serviços de impacto irrelevante na cidade. O CS1, que é o baixo impacto, e ele está subdividido em CS1-A (sem análise de localização) e CS1-B (com análise de localização). Aí fizemos um ajuste com templo religioso, que ele passou a ser enquadrado como CS1-A. CS2, o médio impacto, aí também nós fizemos uma outra

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

9

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

releitura de algumas atividades, principalmente as esportivas aí até 22 horas. E colocamos... o CS3 não sofreu nenhum tipo de alteração da proposta original. O CS4 – a questão de quadra após 22 horas, que é um problema que tem ocorrido na cidade, em alguns bairros, então nós colocamos junto a uma classificação de entretenimento noturno para maior controle, então somente em alguns locais é que você pode instalar a quadra, que tem causado alguns conflitos na cidade. Com relação à indústria, também nós mantivemos a mesma proposta de junho, fizemos algum ajuste somente na abordagem, mas ela permanece classificada como indústria I1, que é de baixo potencial de incomodidade, dividido em I1-A e I1-B, o que está atrelado também à análise de localização. A questão da I2, I3 e I4 elas não sofreram nenhum tipo de alteração de junho agora para agosto e onde nós mantivemos então o parâmetro para a classificação com relação ao porte, ao potencial poluidor por emissões atmosféricas, ruídos e efluentes líquidos. Com relação aos usos residenciais, também a figura do Residencial Unifamiliar, ele não sofreu alteração com relação ao lote mínimo 250m² para ZR, 175m² para Zonas Mistas e o de 125m² para política habitacional. Na questão do Residencial Multifamiliar Horizontal, incorporação de casas horizontais, nós fizemos uma alteração: nós propusemos o aumento da área de terreno para 50.000m² para deixar equilibrado com o limite do desmembramento. Se o limite do desmembramento na cidade é 50 mil, o limite também do conjunto multifamiliar horizontal será 50 mil na proposta da Prefeitura. Aí foi um ajuste que nós fizemos. Com relação ao Residencial Multifamiliar Vertical também nós fizemos um ajuste, admitindo a flexibilização de 400 unidades também no Centro Expandido. Num primeiro momento, havia entrado somente o Centro Tradicional e a Centralidade Municipal Aquarius. E nós também, para promover uma revitalização principalmente de bairros como São Dimas, Bela Vista e Vila Maria, de dar um pouco mais de incentivo em número de unidades, principalmente para a faixa 2, para tentar trazer de volta uma população que hoje não consegue mais adentrar as áreas mais infraestruturadas da cidade. Com relação a Residencial Multifamiliar Horizontal Simples, nenhuma alteração. O Condomínio de Lotes Residenciais também nós aumentamos a área máxima, era de 40.000m² o teto, passamos para 50.000, para também ter isonomia com relação ao desmembramento. Incentivos Urbanísticos. A fruição pública e a fachada ativa são dois elementos importantes, porque na questão dos fatores de planejamento, da aquisição do coeficiente de aproveitamento, eles são fundamentais nas atividades que nós propusemos no Plano Diretor para que o empreendedor tenha os descontos e faça o

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

10

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

produto que seja mais interessante à cidade. O que foi feito em relação à proposta de junho foi, na verdade... a gente trabalhou mais os parâmetros urbanísticos da fruição pública, ou seja, estabelecendo o seguinte: para que a fruição pública seja objeto de desconto na aquisição do coeficiente, ela tem que corresponder a 20% da área do lote; e para que a fachada ativa também seja objeto de desconto na questão da aquisição do coeficiente adicional, se ela tiver uma testada menor que 30 metros de frente, ela tem que, pelo menos, 30% do pavimento térreo ser não residencial, que é a ideia do comércio e do serviço no pavimento térreo dos prédios. Então a gente evoluiu um pouco mais na proposta para que, de fato, o desconto leve a conquistar exatamente o produto que a Prefeitura entenda que é o mais viável para cidade, principalmente nas Centralidades. As áreas de lazer e incentivos para a sustentabilidade. Nós mantivemos da proposta de junho a questão das áreas de lazer e recreação dos empreendimentos, entendendo aqui que área de lazer e recreação não é área verde de loteamento. Uma área de lazer dentro de um empreendimento pode ser desde de uma área de fato ajardinada, um playground, uma quadra de tênis, uma piscina ou um salão de festas. Então nós padronizamos, em relação à figura dos residenciais, o mínimo de 1m² a cada 10m² de área computável construída e o máximo de 6m² por unidade habitacional, sendo que 40% desse total tem que estar num único perímetro, dentro do empreendimento. Com relação à área sustentável também nós permitimos a conversão dessa área de lazer em tecnologias sustentáveis, isso a proposta não alterou de junho para cá, o que alterou foi em relação ao uso não residencial. Os edifícios comerciais, os grandes atacadistas, com área construída maior que 2.000m², eles vão ter uma exigência de 5% de área construída computável, obrigatoriamente. A questão das calçadas e o Ajardinamento, o Espaço Árvore nas calçadas está mantido conforme proposto, não é? Uma largura mínima da área ajardinada de 80 cm e variando em função da testada dos novos loteamentos, dos novos lotes. Com relação às áreas verdes, mudança proposta foi... já em junho, nós mantivemos o percentual de 5% de área verde para cidade, nós mantivemos a restrição de não incorporar a área de Preservação Permanente no percentual de áreas verdes e nós aumentamos agora em relação a junho para o projeto protocolado em agosto um adicional de 5% de área verde na Zona de Planejamento Específico da região sul, que envolve a região do Torrão de Ouro, onde nós temos a maior parte dos fragmentos florestais de Cerrado. Falando em questão de remanescentes de vegetação nativa, lembrando que o Plano Diretor já estabeleceu, em seu mapa, quais são os elementos a serem preservados no

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

11

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

território, e o que a proposta traz em relação à legislação vigente é: a obrigatoriedade de que todos os empreendimentos apresentem o Laudo de Caracterização dessa vegetação e a obrigatoriedade do Estudo Ambiental para todos os loteamentos e empreendimentos em glebas acima de 20.000m², principalmente na Zona de Proteção Ambiental Dois, na Zona de Planejamento Específico Um e Dois e na MOC, na Macrozona de Ocupação Controlada. Lembrando que a Lei 428 hoje, ela só exige o Estudo Ambiental do Cerrado vinculado à ZPA2, a ZUE2 e ZQA e a gente ampliou significativamente isso em relação ao território. Com relação à Área de Recarga de Aquífero, lembrando que São José dos Campos é o único município que introduziu, ao longo dos anos, essa figura na sua legislação municipal e nós estamos propondo agora. Dentro do Vale do Paraíba, São José corresponde à 8% nas Áreas de Recarga de Aquífero. Desses 8% em São José dos Campos, eles se traduzem em 84% na zona rural, 16% no urbano. A área rural ela já é naturalmente protegida pelas Áreas de Proteção Ambiental. No trecho urbano esses 16% se traduzem em 21% já de área permeável por força de APPs, áreas verdes e ZDCAs que já são regras preestabelecidas no território, 22% já são bairros consolidados, restando 53% a serem ocupados desses 16%. E aí a gente propõe a melhoria da permeabilidade do solo em relação à limite de declividade em áreas verdes e incremento de área permeável nos empreendimentos. Com relação ao condomínio de lotes sustentáveis, é uma modalidade que nós propusemos como alternativa à tipologia da Chácaras de Recreio, nós propusemos já na proposta do dia 14 de junho, mantivemos ela na proposta, alteramos só a quota de terreno, que passou de 2.000 para 1.700m² como forma de potencializar mais esse condomínio de lotes, sem prejuízo à formação da área de Reserva Ambiental, que é o grande foco desse empreendimento. Falar de zonas urbanas aqui. Bom, vamos lá! Com relação ao zoneamento propriamente dito, de mapa, com relação às Centralidades. A Centralidade Metropolitana, tanto o eixo da Dutra quanto a Tradicional voltada para Residencial Multifamiliar, para um uso misto, para o comércio e serviços, ela não mudou. Com relação também à Centralidade Metropolitana-Eixo Dutra mantiveram a mesma característica, onde ela não é permitida o uso residencial. Nós tivemos uma pequena alteração em relação às Centralidades Municipais. Em Eugênio de Melo, para quem conhece o núcleo de Eugênio de Melo, remanesçam alguns prédios históricos lá no entorno da subprefeitura, onde se criou uma restrição de três pavimentos do seu entorno para proteção desses edifícios e que qualquer empreendimento no seu entorno fica sujeito às diretrizes do Comphac, que é

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

12

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

o Conselho de Patrimônio Histórico da cidade. Com relação ao Aquarius também, da proposta original nós não alteramos, nós mantivemos, até porque a Centralidade Municipal Aquarius já foi estabelecida pelo Plano Diretor com o Coeficiente Básico 1.3 e máximo 4 para efeito de verticalização, a altura dos prédios já estão estabelecidas no Plano Diretor pelo Comaer, assim como a previsão das vias que vão nortear o loteamento. A macroestrutura viária já estabeleceu essas grandes vias que vão conectar tanto a avenida Cassiano Ricardo com a Via Oeste, fora que o loteamento será ocupado através de loteamento e as exigências de áreas públicas que são inerentes à figura do parcelamento do solo vão propiciar uma grande praça central; a integração com as praças existentes; o lote mínimo de 2.500m²; lotes maiores que 5.000m² terão a obrigatoriedade da fachada ativa e da fruição pública e no entorno das ZRs, principalmente Sunset e Alvorada, serão exigidas vias contíguas para criar o afastamento necessário. Como nós já havíamos falado anteriormente, as vias locais do Aquarius novo de 18 metros de largura, significativamente maiores que do Aquarius existente. Com relação à ZR houve uma alteração. Nós revisamos o zoneamento do Bosque dos Eucaliptos, ali entre principalmente a Iguape e a Lagoa da Prata, para quem conhece o Bosque do Eucaliptos, e ele voltou, ele estava numa classificação inicialmente ZM1 e ele foi proposto como ZR, houve um pedido dos moradores do bairro, o qual foi atendido. Outro elemento importante para se destacar na ZR é a questão da anexação, ficou mantida a restrição de que anexação de zoneamento diferentes com ZR prevalece o zoneamento da ZR. Então essa foi uma outra condição que está mantida na proposta agora de agosto. Zona Mista Um também houve uma alteração. Na Vila Bethânia e na Vila Zelfa, em função da solicitação dos moradores, foi alterada de ZM2 para ZM1, onde é vedada a verticalização. ZM2. Com relação à ZM2 também houve uma alteração... Eu vou pedir um pouquinho... só para eu poder falar, por favor! Bom, vamos lá! Com relação à ZM2, também houve uma alteração no Bosque dos Eucaliptos. A partir da Lagoa da Prata em direção ao Campo dos Alemães houve um ajuste no zoneamento, admitindo uma verticalização, principalmente nas transversais do Bosque ali. Vamos lá! ZM3. Uma pequena alteração na Vista Verde, ali junto ao supermercado Nagumo, ali numa região já de uma verticalização preexistente também, houve um ajuste na proposta. Vamos lá! ZM4. ZM4 também houve uma alteração em relação ao Morumbi. Ali, para quem conhece o Morumbi, Jardim Juliana, ao lado da Faculdade Anhanguera, por pedidos de moradores também, houve uma mudança ali em relação à José de Campos e onde começou a permitir-se o

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

13

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Residencial Multifamiliar no local. A mesma coisa no Galo Branco, próximo à Embraer, houve um ajuste no zoneamento lá. Bom, Zona Mista 5. Também alguns ajustes na zona norte, na região de Canindu. Na verdade, incorporamos uma propriedade contígua ao Havaí e Canindu para fomentar loteamento popular lá, para poder levar mais equipamento para população. E no Capão Grosso e na região da Vila Adriana, também um ajuste no perímetro da ZM5. Zona de Planejamento Específico. Aqui houve uma redução. Inicialmente a gente tinha colocado que na Zona de Planejamento Específico para formação de Centralidades na região da Urbanova nós tínhamos proposto 30% da área útil dos lotes para uso não residencial ou misto e nós recalculamos isso aí, em função até do Parque do Paraíba proposto ali próximo ali da região do Montserrat, nós diminuimos para 15% em relação à proposta de junho. E a exigência do Estudo Ambiental de Cerrado para todas as Zonas de Planejamento Específico, lembrando que na Zona de Planejamento Específico Um houve um acréscimo de 5% de área verde na sua exigência. As Zonas Industriais não sofreram mudanças, à exceção do Limoeiro ali, houve um ajuste perto da Unip e a retirada do Jardim Juliana, como eu falei, para ser uma ZM4 ali na José de Campos. A várzea, em relação ao Rio Paraíba não houve alteração, mantém-se como uma Zona de Proteção Ambiental, uma ZPA1, vinculada a um Plano de Manejo, a um Conselho Gestor. As Zonas de Proteção Ambiental Dois – ZPA2, houve uma alteração ali junto à Fazenda Ronda, é uma área característica de chácaras de recreio, onde nós então substituímos o zoneamento, inicialmente proposto de ZUD, por ZPA2, para atender também as famílias da Ronda que fizeram pedidos na reunião pública de Eugênio de Melo. Vamos lá! Corredor Um. Houve o ingresso de algumas vias como Corredor Um. Na região do Esplanada entrou Alexandra Diacov, trecho da Pascoal Moreira e trecho da Benedito Silva Ramos. Com relação ao Bosque dos Eucaliptos, como ele também passou a ser Zona Residencial, a São João Del Rei, Benedito Marcondes, a Espinosa, Lagoa da Prata e Otávio Franco Bittencourt foram incorporadas como Corredor Um. E a região do Apolo, ali Apolo I, ficaram com limitação das atividades para os lotes externos, é um Corredor Um com restrição de atividades em função do pedido da Socimja, a Prefeitura atendeu o pedido da Socimja. Aqui é o destaque das vias que eu falei. Com relação a Corredor Dois, houve uma alteração na Tancredo Neves, lá no Novo Horizonte, e na Mato Dentro, a Maria Aparecida Consiglio e na região do Bosque dos Eucaliptos também a introdução de algumas vias ali de Corredor, principalmente a Iguape, em função do Bosque dos Eucaliptos ter se transformado numa ZR. Corredor

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

14

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Dois, todos os corredores aí. Corredor Três houve uma pequena alteração. A Vicente de Paulo Penido, lá na baixada do Aquarius, a Benedito Matarazzo e parte da Tancredo Neves, na Nelson Teixeira, lá no Bom Retiro, também passaram a ter Corredor Três, que admite algumas atividades comerciais e serviços de maior, atacadistas, de maior calibre. Corredor Quatro, que é o Anel Viário, não houve alteração. Corredor Cinco, um pequeno ajuste ali junto ao Jardim das Indústrias, onde a gente... é, ajustou a Corifeu ali num pedaço que ele havia adentrado o bairro do Jardim das Indústrias, com uma restrição de ocupação numa área já construída do bairro. Acho que basicamente... E São Francisco Xavier com a aprovação de um loteamento na entrada, um loteamento residencial fechado, houve um ajuste também em relação ao zoneamento, então a inclusão de uma ZR no perímetro urbano de São Francisco Xavier. Bom, o Mapa de Zoneamento, com essas alterações, fica dessa forma, não é? A gente... na verdade, foram uma série de alterações de redação, aperfeiçoamento da linguagem jurídica dos artigos e ajustes de parâmetros técnicos e também de mapa. Com isso, a gente entende que o projeto protocolado na Prefeitura, ele busca o melhor aproveitamento do espaço urbano, maior atratividade das Centralidades em relação às Zonas Mistas, um ordenamento e desenvolvimento do espaço rural e um fortalecimento das políticas ambientais. Esta é a conclusão que a equipe técnica chega em relação ao Projeto de Lei apresentado.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Teremos agora a manifestação dos cidadãos inscritos. Esclarecemos que, conforme Ato da Mesa nº 28/2019, cada manifestante terá três minutos para se pronunciar. Primeira inscrita, senhora Creusa de Fátima Monteiro. Próximo inscrito já pode se posicionar, o senhor David Moraes, por gentileza!”

A senhora CREUSA DE FÁTIMA MONTEIRO:- “Meu nome é Creusa de Fátima Monteiro, eu moro no bairro Pernambucano, tenho um terreno de 120.000 m², ele faz divisa com o Pinheirinho dos Palmares. Antes essas terras eram parte ideal com o terreno do Pinheirinho dos Palmares. Pelo lado de cima fica o bairro Ehma II, do outro lado fica a Granja Itambi e nos fundos o córrego Alambari. Faz sete anos que eu estou fazendo uma nova documentação por causa dos Pinheirinhos, e fiz topografia via satélite, tudo direitinho, só que coincidentemente na semana que o fórum liberou os meus documentos eu recebi a triste notícia pelo senhor Oswaldo que minha propriedade passou a ser industrial. E como eu tenho nascente e córrego cortando a propriedade no meio, é um triângulo, ali tem altos e baixos, isso inviabiliza qualquer indústria, então eu preciso que meu terreno volte a ser uma área mista, que era antes,

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

15

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

a ZQA, porque o prejuízo ali é imenso, ninguém vai se interessar de comprar aquilo ali para indústria e eu tenho hoje a sensação de que eu não mando mais na minha terra, eu comprei aquilo ali com tanto sacrifício há 33 anos. Então, eu venho implorar que volte a ser como era antes e que esse grande prejuízo que eu vou ter, eu não tenha. E que pelo menos se de tudo não der, que eu possa transformar aquilo ali em chácaras recreativas, pelo menos isso, por quê? Ali no Pinheirinho nós temos ali a maior escola de São José dos Campos, nós temos creche, nós temos UBS, nós temos tudo ali pertinho divisando com o meu terreno, é uma cerca do lado, e só o meu terreno, um pequeno terreno ali, passou a ser industrial junto com a Granja Itambi. Eu não vejo motivação para isso, eu não consigo entender, eu estou enlouquecendo por causa disso. Poxa, eu me sacrifiquei tanto durante esses anos comprando aquilo ali e agora vem uma pessoa assim e transforma de repente, aquilo deixa de valer, passa a não valer nada. Gente, por favor, me ajudem! Eu estou implorando para vocês, me ajudem, tá? Obrigada! Só isso.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito o senhor David Morais.”

O senhor DAVID MORAIS:- “Boa noite a todos e a todas! Meu nome é David Morais, sou representante dos moradores do bairro do Banhado. Então, pessoal, eu queria somente fazer uma pergunta para o senhor secretário e para o senhor presidente da Câmara, eu gostaria também de fazer essa pergunta ao senhor prefeito: o que que o Banhado está prejudicando vocês? Que ali é um patrimônio histórico de São José dos Campos, ali é o pulmão de São José dos Campos, e vocês, senhor prefeito, senhores vereadores, senhor presidente da Câmara, vocês estão querendo matar São José dos Campos tirando o Banhado. Aquilo ali é nosso! Nós queremos regularização já do Banhado porque ali é um patrimônio histórico nosso. Então, senhor presidente, eu acho que esse dinheiro que vocês estão investindo de nos tirar do Banhado dá bem para vocês regularizar o Banhado para nós, vai ficar muito mais barato para vocês e o dinheiro que vai sobrar dessa regularização dá muito bem para vocês investir na saúde e na educação de São José dos Campos, que é o que está faltando em São José dos Campos, é a saúde e a educação. Porque nós pobres, eu sou um pequeno trabalhador, já estou velho, eu calejei minha mão em São José dos Campos, vocês estão querendo esconder os pobres trabalhadores de São José dos Campos levando embora daqui. Logo, logo São José dos Campos vai virar nova São Paulo porque vocês vejam: São Paulo quantas pessoas tem morando na rua? Quantas pessoas estão debaixo das pontes porque não têm aonde morar? Está aqui, senhor presidente,

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

16

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

o nosso projeto do Banhado. Vocês não regularizam o Banhado porque vocês não querem, que São José dos Campos é a quarta cidade que recebe mais imposto de São José dos Campos. E, além do mais, vocês estão acabando com o verde, estão acabando com a nossa natureza, então deixa o verde permanecer aonde está porque nós não queremos o Golfe I, nós não queremos o Golfe II, dentro do Banhado, porque o Golfe I, o Golfe II, está dentro do Banhado. Então, vocês estão querendo fazer o quê? Isso é especulação imobiliária. Cadê os seiscentos mil reais que vêm por ano para investir no Banhado? Para limpar os valetões, para limpar as valas que têm lá e dar manutenção para nós moradores do Banhado? Então, fica o meu recado ao senhor presidente da Câmara, aos senhores vereadores, pega esse dinheiro que está vindo e invista na saúde e na educação em São José dos Campos. Uma boa noite a todos!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próxima inscrita, senhora Maria Benedita Dias Chaves. Próximo inscrito já pode se posicionar, senhor Domingos Malhone, por gentileza!”

A senhora MARIA BENEDITA DIAS CHAVES:- “Boa noite a todos! Meu nome é Maria Benedita Dias Chaves, eu moro na Vista Verde, sou da Saviver, estou participando dessa audiência para colocar o seguinte para a Mesa: a Vista Verde é um bairro residencial, e o que é que nós estamos constatando lá? Estamos vendo comércios sendo instalados lá dentro assim... inadequados para o bairro. A Vista Verde ela é um bairro residencial, as ruas são apertadas, a via de trânsito é ida e volta. Então, não temos condição de ter comércios naquelas ruas e aí a porta da casa da gente vira estacionamento. Por exemplo, na minha rua nós estamos tendo problema com o vizinho, ele é mecânico, e o que que ele está fazendo? Está consertando carro na porta da casa da gente, aí ficam aquelas poças de óleo, e ele não está fazendo isso na porta da casa dele, ele está fazendo isso na porta da casa da gente, dos meus vizinhos lá, entendeu? Então, isso é inadequado. Então quando for soltar um comércio na Vista Verde precisa ver direitinho. Na Vista Verde tem comércio, eu moro lá há 45 anos, as pessoas sempre trabalharam em casa, mas nunca, nós temos uma cultura de não prejudicar o nosso vizinho, e nós estamos com muita gente nova lá dentro, gente de outras cidades, outros estados que não sabe aonde jogar um lixo, não sabe varrer a porta de uma casa, vem com o seu comércio e fica prejudicando às pessoas do bairro. Nós temos uma política de organização dentro do bairro, nós temos, ora! Lá é assim, funciona assim, é tudo organizadinho. Então, precisa ver isso, quando for soltar o

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

17

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

comércio lá precisa ver, quando fazer o negócio de fundo de quintal, a pessoa está desempregada, está precisando trabalhar, agora, só que precisar ver se não vai prejudicar o vizinho. Isso é a primeira coisa. Dois, por causa do desemprego. Nós, lá na audiência passada, na Casa do Idoso, conversamos com o senhor Mello assim, nós estamos percebendo o quê? Muito ambulante, muito ambulante, o que é natural com o desemprego que temos no país, e nós temos um terreno lá, acima do Nagumo, depois do banco Bradesco, com um prédio velho...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

A senhora MARIA BENEDITA DIAS CHAVES:- “Tá! Um prédio velho e horroroso. Nós estamos pleiteando aquilo lá para ser um shopping popular para essas pessoas que estão ambulando terem...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Senhor Domingos, por gentileza!”

O senhor DOMINGOS MALHONE:- “Está sem som. Som. Um minutinho. Questão de ordem, senhor presidente, eu só queria fazer um questionamento: Quantas das pessoas daqui leram o projeto que foi encaminhado para a Câmara Municipal? Por favor! São 90 páginas. Pouca, muito pouca gente. 90 páginas. Ok. Vamos lá! Opa! Não, volta lá os meus 3 minutos. Volta. Volta. Volta. Eu quero 3 minutos. Não, não, não!”

A cerimonialista TATIANA CORREIA:- “O senhor já começou a falar, senhor Domingos.”

O senhor DOMINGOS MALHONE:- “Não, não, não! Por favor, o senhor presidente, eu pedi questão de ordem, eu fiz só a pergunta. Eu vou começar a falar agora. Questão de ordem. Questão de ordem. É questão de ordem. Eu pedi questão de ordem. Volta, por favor! Eu quero 3 minutos. Volta! Volta! Oh, se não voltar, vai ficar ruim!”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Dá licença! Bom, para a gente não... para manter a ordem, vamos entrar direto no tema, para não acontecer isso novamente porque se acontecer de novo e não vou conceder novamente os 3 minutos. Tá bom? Pode dar para ele os 3 minutos.”

O senhor DOMINGOS MALHONE:- “Muito obrigado! Muito obrigado! Vamos lá! Seguente, eu li o projeto todo, 90 páginas, e está assim, o prefeito encaminhando o projeto aqui para a Câmara, dizendo o seguinte: que o projeto tem como a... garantida de maneira democrática a ampla participação da sociedade por meio de audiências realizadas em todas as regiões do município, com ampla divulgação. Muito bem...”

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

18

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Essa proposta de lei procura vir ao encontro das necessidades do município – dos munícipes – buscando a organização urbana e a qualidade de vida para a população. Muito bem... Quanto aos bairros puramente residenciais, procurou-se manter essa característica. Esplanada, Vista Verde, então, o prefeito está dizendo que vai manter esses bairros, vai respeitar esses bairros residenciais. Outra coisa que eu achei interessante, a questão do meio lote, interesse social, tudo bem, meio lote, interesse social, Minha Casa Minha Vida, 127 metros quadrados, a gente vinha defendendo aqui o lote inteiro, a dignidade tem que ser por inteiro, não existe esse negócio de meio lote, tá? É 250 metros quadrados. Foi lá aprovado, ótimo! Vamos lá, na sequência. Garantir áreas verdes públicas próximas da população, está aqui o prefeito encaminhando, áreas verdes próximas da população. Vamos lá! ‘A proposta atende as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor...’ submeteu, ok, ponto. O que que a gente veio colocar aqui? Está aqui: Art. 39 Preservar a qualidade de vida dos moradores nos bairros predominantemente residenciais – Maravilha! Faltou incluir aqui no artigo 153, § 2º, incluir a avenida Pedro Friggi como aqueles locais onde pode shopping, etc, como bem falou a Benê ali, que precisa de um shopping lá na zona leste. Muito bem! Parabéns a Manara, à Prefeitura toda aí! São José não vai ter mais meio lote, é lote inteiro, é 250m², dez de frente e vinte e cinco de fundo. Os Estados Unidos é 500 m², isso é dignidade, não meio lote. Coisa de meio lote é coisa de favelado, já falei outro dia aqui e fui vaiado, tá? Oh, as pessoas querem lote inteiro, inteiro! Tá? Vamos lá, vamos lá, vamos na sequência, sequência, vamos lá! Aí, tem uma pegadinha aqui. ‘Ah, é lote inteiro, é 250m²’, mas tem uma pegadinha no artigo 99, inciso 1º, que diz que...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor DOMINGOS MALHONE:- “...tem o desdobro, tem desdobro, tem desdobro. Então, oh, tem um abaixo-assinado aqui, começamos a colher assinatura dos moradores, tem 300 assinaturas aqui.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Próximo inscrito o senhor Antonio Ferreira Júnior.”

O senhor ANTONIO FERREIRA JÚNIOR:- “Vamos lá, né? Vou cantar. Fecha o microfone! Obrigado! Boa noite a todos! Eu sou o Júnior, presidente do Senhores, o Sindicato de Hotéis, Restaurantes e Bares de São José dos Campos e região. Vim aqui falar sobre bares com música ao vivo. A gente participa... A gente vem participando de várias audiências juntamente com os músicos e, durante essas audiências, nós pedimos para que fosse reclassificado bares com música ao vivo para

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

19

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

CS1. Hoje a classificação é CS4, com música de baixo impacto. Infelizmente nós não fomos atendidos, mas em contrapartida a Prefeitura aumentou a quantidade de corredores que poderiam ser contemplados com bares com música ao vivo. Ocorre que, aqui no artigo 152, os usos CS4 A e B, entre outros, ficam sujeitos a análise de localização, de acordo com as normas previstas na Seção VI. Bom, artigo 99, da Seção VI. As atividades enquadradas na categoria CS4 A e B deverão possuir os lotes confinantes laterais e de fundos com usos não residenciais. Aí começaram os problemas, quer dizer, aumentou a quantidade de vias que podem ser... que podem ter bares, mas quando exigem essa análise de localização você vê que inviabiliza, ou seja, tem corredor que passa dentro de zona residencial, quer dizer, não vai conseguir abrir um bar com música nunca lá. Então, o que nós pedimos aqui é que essa análise de localização seja revista e não seja exigida, por exemplo, com os fundos não residenciais, porque se uma pessoa abre um bar e a casa do fundo ela é residencial, ele pode comprar a casa e mesmo assim ele não consegue regularizar para pôr música ao vivo porque o zoneamento não muda mesmo a casa sendo dele, então ele não consegue abrir. Então, realmente inviabilizou. O que que nós estamos querendo? O que que a gente defende? Ninguém aqui quer é bagunça, é barulho. Nós queremos que seja feita a lei regulamentando a atividade, colocando horário, colocando quantidade de decibéis, os investimentos em acústica para que seja efetivado, se consiga ter bares, porque, senão, pessoal, podem se preparar para ir para Jacareí, para ir para Taubaté, para outras cidades, porque aqui nós não vamos conseguir ter mais.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor ANTONIO FERREIRA JÚNIOR:- “Nós não vamos conseguir ter música ao vivo em São José dos Campos se continuar como dessa maneira aqui, tá bom? Muito obrigado!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próxima inscrita, senhora Rosângela Sene Cortez. O próximo inscrito já pode se posicionar, senhor Ricardo Sampaio de Alcântara, por gentileza.”

A senhora ROSÂNGELA SENE CORTEZ:- “Oi, boa noite! É... eu quero pedir que vocês continuem esse trabalho, está muito atento, e se conscientizem, eu acho que estão fazendo isso, quanto à verdade e à liberdade das pessoas. A fala daquela primeira senhora é bem... mostra a falta de liberdade que a gente está vivendo, ela tem um imóvel e de repente cismam que o imóvel dela não é mais nada do que existiu.

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

20

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

A verdade no caso do Esplanada ele já é um CS... vocês fizeram umas pequenas alterações, mas o bairro inteiro é um CS. Eu sou dentista, trabalhei ali 20 anos, na minha casa funcionou, não incomodei ninguém, na minha rua tem outro dentista, tem escola de dança, vocês querem manter o que estão fazendo gritaria, é um técnica, dizendo prédio, prédio, não existe prédio, não existe alto impacto, acho que vocês estão vendo que a mudança está lá, vamos pôr pé na realidade e dar liberdade para as pessoas, por favor! Isso é uma técnica comunista, petista, de vou mentir, vou mentir, e isso pega. Você querer... usar vaia, você querer dizer que um terreno vai virar prédio, é mentira! E o representante público não está aqui para cair nessa lorota. Não tem essa de serão... não serão reeleitos ou serão... qualidade sempre vai reeleger as pessoas. Busquem a qualidade, por favor! Eu saí ali do Esplanada, por quê? Porque não tem segurança, não pode abrir um portão, não tem saúde porque tem uma casa vazia com dengue e com medo de tudo que pode estar acontecendo. E empreender é necessário! A miséria, a pobreza existem porque não existe empreendimento, não existe empregos. A partir do momento que a gente tem empreendimento, a gente tem emprego, a gente tem... melhora o salário. Vamos buscar melhoria para todo mundo e não cair em lorota, em gente que grita para se fazer ouvido. Mentira repetida não cola mais. Por favor, atentem-se à liberdade! A gente precisa de liberdade e verdade. Boa noite!”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Pessoal, eu queria só registrar, vamos respeitar aí a manifestação de cada um, né, sem vaias. Acho que cada um tem a sua opinião e aqui é o local para isso mesmo.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Por gentileza, senhor Ricardo.”

O senhor RICARDO SAMPAIO DE ALCÂNTARA:- “Boa noite a todos! O meu nome é Ricardo Sampaio. Sou o vice-presidente do Sinhores – Sindicato dos hotéis, bares e restaurantes. Representamos aqui 4.500 estabelecimentos, 40 mil empregos diretos. Nós fizemos o estudo da Lei de Zoneamento, infelizmente não foi acatada a nossa sugestão de CS1 para música de baixo impacto, foi aumentado o número de vias CS4-A e CS4-B, onde podem bares com músicas e casas noturnas, porém, nós... na página 71, artigo 199, a análise de localização, como o presidente falou, ela tem que ser comércio lateral, comércio lateral e comércio fundo, o que a gente pede é que seja comércio lateral e comércio lateral, extinguir essa análise de localização de fundos, porque até na página 56, § 4º, nós temos as medidas mitigadoras que faz com que o projeto de acústica... Nós não estamos aqui para perturbar a vizinhança. Nós

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

21

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

queremos fazer as coisas corretas dentro da lei. Então, como houve essa abrangência, são 144 vias que foram ampliadas, nós precisamos disso aí. Nós precisamos fazer uma legislação também específica para música ao vivo porque... para regulamentar exatamente esses entraves que a gente não consegue ter uma regra clara para isso. Nós precisamos imediato, urgentíssimo, a mudança do Código de Posturas, é de 1970, nós estamos em 2019, quase 50 anos depois nós temos a mesma legislação de 70, a cidade está com 700 mil habitantes, então, é absurdo. Quando nós chegamos aqui estava até aquela movimentação e estava tocando uma música ambiente, isso para tranquilizar, então a música ela faz parte da tranquilidade, da cultura de São José, que é bem escassa, né? Eu tinha dois bares quando eu comecei a participar da audiência pública, hoje eu tenho um, eu vendi um porque eu não aguentei mais a pressão da fiscalização, a sensação de impotência que eu tenho e do desgaste que eu tenho em relação a tentar um bom senso. Foi prometido uma trégua pela Secretaria de Fiscalização, e nós não a tivemos, até resolver essa questão. Então, os bares estão sendo multados, eu consegui, felizmente, vender um bar, mas muitos amigos já estão fechando as portas. Eu tenho aqui exemplos de mais de dez que já fecharam porque não têm atividade e com a dificuldade não conseguem fazer. Então, vamos refletir, vamos ver se a gente consegue de uma vez por todas nessa última audiência, que é a nossa última esperança. Eu acredito aqui que estão os músicos também que estão... a gente está conversando, já estão começando a mandar os releases para outras cidades porque aqui em São José infelizmente a música ao vivo ainda... músico é vagabundo e dono de bar é bandido.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor RICARDO SAMPAIO DE ALCÂNTARA:- “Muito obrigado! Boa noite a todos!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito o senhor Felipe Birman. Próxima inscrita já pode se posicionar, por gentileza, senhora Maria Fátima Soares.”

O senhor FELIPE BIRMAN:- “Pessoal, boa noite! Eu sou... Em 1984, eu comprei dois lotes no Esplanada e ali não tinha absolutamente nada, tá? E de repente... o zoneamento naquela região era residencial unifamiliar. São José tinha 220 mil habitantes, hoje São José tem 720 mil habitantes e o zoneamento é exatamente o mesmo. A minha rua ela é as duas últimas quadras da Irmã Demétria Kfuri. Então ali pela Laurent Martins, pela Roberval Fróes e pela Irmã Demétria Kfuri aquilo ali virou extremamente um inferno. Eu sou vizinho de 730 apartamentos, 15 torres da Marcondes César. Eu sou vizinho do Colégio Anglo, sou vizinho do Colégio Poliedro,

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

22

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

da Original do Vale, do Futebol Society e na frente ainda tem o McDonald's onde que os alunos atravessam para usar o McDonald's. O pessoal das Urbanovas, o pessoal de todos aqueles bairros, eles usam ainda a minha rua... essas ruas para saírem da Eduardo Cury ou senão da Jorge Zarur como opção. Então aquilo verdadeiramente é um inferno. Basicamente o que a gente quer? A gente quer comercial e serviço, ninguém quer prédio, ninguém quer prédio, o que dizem que a gente quer prédio é uma mentira! Outra coisa, nós somos da Ares, nós somos maioria no bairro, porque no bairro já existem 250 habite-se comerciais, isso falado pela boca do senhor prefeito, vocês não vão encontrar aqui o pessoal desses 250 habite-se porque eles já têm os habite-se e não querem mais saber de nada. Então não adianta fazer pressão em cima de vereador 'aquele vereador que votar no zoneamento com a gente está ferrado', não é assim. Nós somos maioria. E o que a gente quer? A gente quer uma solução técnica, uma solução técnica. O Brasil está na situação que está por politicagem, por populismo. O que a gente quer é a solução técnica. Não adianta querer agradar o mundão se a cidade está indo para trás. Então a gente quer destrava São José, a gente quer poder trabalhar sem estar escondido. O meu objetivo..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "10 segundos para concluir."

O senhor FELIPE BIRMAN:- "É um consultório médico. Então é isso o que eu peço e agradeço o trabalho de vocês. Muito obrigado!"

A senhora MARIA FÁTIMA SOARES:- "Meu nome é Maria de Fátima. Eu moro na rua Pascoal Moreira, ali no comecinho do Esplanada, há praticamente quase 40 anos, desde 1981. E eu estou aqui porque eu sempre defendi o Esplanada como Zona Residencial, continuo defendendo, igual o Martin Luther King, ele disse assim: 'ainda que eu morresse amanhã, eu plantaria uma árvore hoje.' A gente vai continuar defendendo o Esplanada, sim, tá? Nós somos maioria, tá? Nós somos maioria no Esplanada. E eu queria saber como que existe tanto habite-se, dado pela Prefeitura, se lá o secretário acabou de dizer na abertura que, em 2015, foi engavetada a lei de mudança de zoneamento? Como é que existe então? Não foi aprovada uma mudança para haver comércio. Eu sempre liguei para a Prefeitura denunciando as irregularidades porque é um direito meu, eu moro num bairro que é residencial, então aqueles que não são residências, que são comércios, eles não têm o direito de estar lá. Eu sempre liguei para a Prefeitura, sempre, pedindo fiscalização, tá? A última vez que eu estive na Casa do Idoso me disseram que eles foram anistiados. Anistiados? Anistiados como? Eu não entendi, tá? Eu acho que a Prefeitura tem sido conivente, tá?"

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

23

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

É, a Prefeitura tem sido conivente com a maioria das pessoas que têm dinheiro, tá? Que têm dinheiro. Porque existe um vizinho meu, uma vizinha minha que ela queria abrir uma oficina de costura do lado da minha casa, seria um comércinho de baixo impacto, ela não conseguiu alvará, diversas vezes ela esteve na Prefeitura pedindo 30% da casa dela ali no Esplanada, ela não conseguiu alvará. Agora eu pergunto para os senhores: como é que uma imobiliária, aquela 111, se instala confortavelmente antes de sair ainda uma direção que o Esplanada vai mudar, que a Pascoal Moreira vai mudar? Como é que uma estética facial vai lá confortavelmente e já abre outdoor, já coloca? Deve ser, né? Uma pessoa sem dinheiro não conseguiu, agora pessoas avantajadas conseguem. Então, fica a minha pergunta aqui, sabe, para os senhores. Se existe essa briga para o Esplanada ser comercial ou não é por conivência da Prefeitura, porque nós ligamos e denunciemos todo o comércio irregular...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

A senhora MARIA FÁTIMA SOARES:- “Que é um direito nosso, tá bom? Obrigada, senhores!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próxima inscrita, senhora Mirian Aparecida da Silva. Senhora Elaine Lopes da Silva pode se posicionar, por gentileza.”

A senhora MIRIAN APARECIDA DA SILVA:- “Boa noite a todos aqui presentes! Meu nome é Mirian, faz 22 anos que eu moro no bairro Jardim Nova Esperança, mais conhecido como Banhado, e no que a Prefeitura apresentou aqui hoje eu não existo, quer dizer, o meu bairro não existe, entendeu? Eu sou uma pessoa invisível perante à Prefeitura e os poderes que têm aqui em São José. Eu gostaria de dizer que se o Banhado é uma área ambiental que nem a Prefeitura diz que está preservando, por que aqueles prédios da Argon foram vendidos por 9 bilhões ou milhões, sei lá quanto dinheiro? Eles estão dentro do Banhado. Eu queria saber por que que lá eles podem morar e a gente não pode morar no Banhado, entendeu? Só porque a gente não tem dinheiro e não ajuda financeiramente o tanto que eles ajudaram? Ali não é Banhado, não? É a mesma coisa. Eu acho que... nós também temos o direito de uma moradia digna, e o Banhado é de todo mundo, como a gente já falou várias vezes, a gente ama o Banhado, não queremos sair de lá, fica muito mais fácil para a Prefeitura urbanizar. Nós existimos antes dessa lei de preservação, tem pessoas que existem lá... está na terceira geração. Então eu gostaria que a gente não fosse invisível e que isso aqui não fosse só uma ilusão, que fosse verdade, e o que a gente fala seja realmente ouvido e, tipo assim, que eles cumpram também algumas coisas que ajudam o povo, né? Não

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

24

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

só beneficia o lado dos ricos ou o lado deles, o nosso lado também, nós também merecemos uma moradia digna. O Banhado é um lugar maravilhoso, é um paraíso, quem puder conhecer um dia desce lá e venha conhecer, esse negócio de violência não existe, tá? Foi feito um levantamento de uma pesquisa que os lugares mais violentos de São José dos Campos é a zona sul, não é o Jardim Nova Esperança, entendeu? Lá cria gado, lá a gente cria bastante animais, nós temos o direito também de morar, não é os outros chegar e falar assim: 'não, você não pode morar aqui porque aqui é ambiental.' Nós queremos o parque, mas também temos o direito de ter a nossa casa, afinal de contas a maioria das pessoas nasceu, cresceu, deu o seu sangue por causa daquela terra, então nós vamos lutar até o fim, até a gente conseguir a urbanização do nosso bairro. Só porque a gente é pobre a gente não tem o direito então de morar no centro? Os prédios têm. Nós não temos? Só porque a gente não tem dinheiro, entendeu? Na vida não é só dinheiro, não, a gente não vai levar nada, o que a gente quer é as nossas casas, entendeu? E as nossas casas são lindas, quem quiser descer lá pode descer, tem chácara, tem sítio, tem peixe, tem animais, tem tudo, tudo o que a gente precisa viver, não é só dinheiro não, a gente precisa dessas coisas para sobreviver, principalmente da natureza. Então se vocês realmente amam..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "10 segundos para concluir."

A senhora MIRIAN APARECIDA DA SILVA:- "...o Banhado, que vocês pensem um pouquinho na gente e se coloquem um pouco no nosso lugar porque nós merecemos respeito, merecemos morar no lugar que a gente ama."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Tempo esgotado. Senhora Elaine Lopes da Silva, por gentileza. Senhora Elaine, por gentileza."

A senhora ELAINE LOPES DA SILVA:- "Boa noite a todos! Eu estou aqui para defender o plano de urbanização do Banhado que é um plano que tem mais de duzentas páginas detalhadas, totalmente integrada ao meio ambiente. Nós estamos ali num bairro consolidado há mais de cem... esse ano o Banhado completa 100 anos. A gente vai fazer uma festa, dia 26 de outubro, de 100 anos do Banhado. Então, o Banhado é um direito nosso de regularização, a minha família chegou ali em 1936, nós estamos lutando pela regularização que é um direito nosso, então por que a Prefeitura não regulariza o Banhado? É um bairro consolidado, ali tivemos escola, tivemos Fundhas, tivemos creches, centro comunitário, em 1997 tínhamos conta de luz que o próprio Renê, da Bandeirante Energia, falou que ele colocou o nome do Banhado de

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

25

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Jardim Nova Esperança que era uma esperança de regularização para os moradores que ali estavam. Então, não fomos nós que deixamos de pagar as contas, foi a Prefeitura que nos negou esse dever, é um direito e um dever. Nós estamos lutando para que seja cobrada a nossa água, seja cobrada a nossa energia, nós temos postes regularizados e o Banhado tem que ser regularizado. O Banhado tem que voltar a ser ZEIS, que é um direito nosso desde 1997. O por que... e outra, eu vou pergunta para a Prefeitura... eu estou mostrando o projeto. Eu quero perguntar para a Prefeitura onde é que está os 600 mil reais que é depositado desde 2012, que o Banhado foi declarado parque? Onde é que está? É para fazer a manutenção das nascentes do Banhado, é para fazer a manutenção do valetão que não é limpo, que a Prefeitura diz que é insalubre. É insalubre, sim! Eu queria saber, que é quase 5 milhões até hoje, aonde é que está? Tem que dar para a gente a devolutiva de onde está esse dinheiro. E também o Banhado a gente não pode construir. Não, a gente não pode reformar que a guarda está ali para isso, mas em outra partida está ali o prédio dentro do Banhado construindo, só levantando, então por que que eles podem? É um direito nosso também. Se o Banhado está congelado, tem que ser congelado inteiro, tanto o Paraíso do Sol ali, aqueles condomínios que estão dentro do Banhado, é tudo, é congelar tudo. Por que? Eles são melhores do que nós porque nós é pobre? Por que vocês julgam nós favelados? Não! Merecemos direito... merecemos respeito! O Banhado resiste! Regularização. Então, o Banhado tem o seu próprio plano de urbanização, não precisamos de outro, é só ver esse aqui que está..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "10 segundos para concluir."

A senhora ELAINE LOPES DA SILVA:- "Completando tudo. Banhado resiste, e regularização do Banhado, e também estamos apoiando o Bosque Betânia, salve o Bosque Betânia!"

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Tempo esgotado. Próxima inscrita, senhora Ângela Aparecida da Silva."

A senhora ÂNGELA APARECIDA DA SILVA:- "Boa noite a todas e todos! Quero cumprimentar a Mesa aqui, cumprimentar os profissionais da Prefeitura, os vereadores que também nos ouve só na audiência pública, né? O vereador falou que... o que é responsável pelo relatório da Lei de Zoneamento, que recebeu várias pessoas, só que nós não fomos convidados, sendo que nós pedimos para o vereador, presidente agora, o senhor Robertinho, que nos atendesse. Até agora não fomos chamados. Espero que nos chamem também porque temos muito a dizer. Eu faço parte do grupo que está

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

26

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

agora instalado aqui, que é o Desperta São José, chamando aí atenção, está bem despertado, porque essa Câmara está cheia, não era assim como estava na outra audiência. Quero parabenizar a todos que aqui vieram. O Robertinho nos recebeu, é um dos primeiros presidentes que abriu a porta e nos deixou entrar e trazer a nossa proposta, nos ouviu. Eu espero que continue e que marque essa reunião para ouvir o movimento. O que nós vamos pedir aqui, o que nós estamos cansados de pedir, Banhado já falou, tem outros bairros que são ZEIS e estão fora da proposta de Lei do Zoneamento. A Constituição Federal e a Lei Orgânica de São José dos Campos ela trata da questão da discriminação. E, olha, o que nós estamos sentindo é discriminação porque nem aparecer no mapa, volto a dizer, não apareceu. Eu espero que a Câmara corrija isso porque ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) nada mais é do que ajudar as famílias de baixa renda a conseguir fazer a regularização do seu bairro de uma forma digna. Porque não adianta nada, né, secretário? Falar de regularização e não dar as condições. Estamos falando, já falamos, vamos voltar a falar de novo que há necessidade de ter ZEIS nesta Lei de Zoneamento. Esta Lei de Zoneamento ela tem que ser popular. Ela não é popular e também não é uma lei que todo mundo gosta, haja visto que todo mundo veio falar aqui, né? Ninguém elogiou, não vi até agora. Então, eu espero que a Câmara ponha a mão aí na consciência e pense no que pode acarretar lá na frente não ter ZEIS, porque vai atrapalhar a regularização fundiária, tem a lei do Temer que está em julgamento, ela é inconstitucional, se essa lei for julgada muitos bairros serão prejudicados por conta de ter perdido esse instrumento urbanístico que consta no nosso grande Estatuto da Cidade. Portanto, haja, ainda já tempo. Temos pedido aqui...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

A senhora ÂNGELA APARECIDA DA SILVA:- “Que essa Câmara nos atenda, que coloque os instrumentos urbanísticos e quero aqui pedir o parque porque o BID tem previsto lá...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Próximo inscrito o senhor John Kleba. Senhora Ieda Costa pode se posicionar também, por gentileza. Senhor John Kleba, por gentileza. Próxima inscrita, senhora Ieda Costa, pode se posicionar também, por gentileza.”

O senhor JOHN BERNHARD KLEBA:- “Caros cidadãos e cidadãs de São José dos Campos quem é a favor do Bosque Betânia e votou no PSDB, como muitos de nós, sabidamente se arrependeu. Isso pode mudar? Parece uma missão impossível. Os

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

27

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

vereadores e o prefeito devem zelar pelos interesses públicos e o bem-estar da cidade. A criação de um parque no Bosque da Vila Betânia é saúde e bem-estar para todos os joseenses. Todo mundo acaba circulando por ali. Para tanto, no zoneamento, precisamos que o Bosque seja ZPA1 – Zona de Proteção Ambiental. Mas o que a atual gestão propõe? ZM1 (Zona Mista) Permite construções, permite derrubar o bosque, torna o terreno de maior valor, se o Poder Público propor outorga onerosa na troca do terreno terá de pagar por uma quantia muito maior, detalhe, do nosso dinheiro público. Portanto, fica claro que ZM1 vai contra o interesse da população. Qual o interesse, afinal, que os senhores estão defendendo? A população joseense aceita ganhar nada menos do que ZPA1. Para fugir da responsabilidade propagam-se falácias. Tentam jogar um bairro contra o outro. Nós defendemos que todos os bairros merecem ter um parque verde próximo. Sabemos que na zona leste a Petrobrás está cedendo terrenos para parques em bairros da periferia. Adivinhem? A atual Prefeitura alega não poder pagar a manutenção, sempre inventa uma desculpa. Outra falácia: seria muito caro pagar pela área e mantê-la. Ora, no mundo todo parques verdes foram e estão sendo criados quando há vontade política. Curitiba tem trinta e três e mais de 19 milhões de metros quadrados. Se Curitiba pode, por que São José dos Campos não pode? Lá vem mais uma: bastaria fazer compensação. Derrubem o último bosque do centro da cidade, 30 mil metros quadrados, com árvores centenárias e compensem plantando mudinhas no fim do mundo. Uma vez destruído nunca mais bosque. Na avenida dos Astronautas eles acabaram de derrubar mais de cem árvores para fazer uma ciclovia, prezados, só quem nunca andou de bicicleta sabe a diferença de ter uma ciclovia na sombra de árvores ou num sol escaldante. 2020 é ano de eleições, os cidadãos joseenses estão atentos, queremos ver ação, compromisso. Senhores e senhoras apoiarão a cidade da saúde e do bem-estar? O Bosque representa essa modelo de uma cidade melhor que todos queremos. É urgente! Precisamos já de ZPA1 e de outras medidas que assegurem que o Bosque seja definitivamente protegido...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor JOHN BERNHARD KLEBA:- “E um parque público criado. Salve o Bosque Betânia!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Senhora Ieda Costa, por gentileza. Senhora Ieda Costa não está presente?”

A senhora IEDA COSTA:- “Salve o Bosque Betânia! Boa noite a todos! É muito triste e lamentável que em pleno ano de 2019 nós do Movimento Salve o Bosque Betânia

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

28

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

estejamos aqui para pedir que árvores não sejam cortadas e ouvir que não há verba para criação ou manutenção de um parque municipal. O argumento de que se tem que priorizar parques em outras áreas da cidade em detrimento do Bosque Betânia nada mais é do que mais uma história da carochinha – a gente não cai. A previsão no orçamento de construção desses parques municipais é bastante tímida, mesmo porque não houve iniciativas concretas nesse sentido nos últimos anos. Sem um plano ambiental discutido com a sociedade civil organizada, trata-se apenas de uma cortina de fumaça para enganar os tolos. Nós acreditamos que deva haver um plano ambiental para o município que envolva, dentre outras coisas, a manutenção e ampliação das áreas verdes em todos os bairros da cidade, mas esse plano deve começar com a aprovação do Parque Betânia, razão de toda nossa mobilização inicial. O Bosque Betânia seria então o símbolo do início deste plano que construiria uma virada na política ambiental desse município. Sempre ouvimos o argumento de que a criação do Parque Betânia seria um investimento muito alto para o município, isso não procede, porque dinheiro parece não ser um problema para essa gestão. A ocupação do espaço urbano não deve ser feita de forma a beneficiar as empresas construtoras, mas, sim para beneficiar a população. Se isso não ocorrer, essa mesma população prejudicada se lembrará disso, pois os problemas decorrentes dessas atitudes virão e nós estaremos aqui – né, gente? – para lembrar a todos de quem os causou. Faremos isso, pois nós temos um compromisso com as gerações futuras, tá aí né, Caio? Cadê o Caio para eu mostrar aqui? Oh, aqui oh. Aqui o Caio. É muito triste vermos tantas árvores serem cortadas nesse município! Como vocês querem ser lembrados? Como quem proporcionou a criação de um parque no local do último maciço arbóreo do centro da cidade ou como quem colaborou para a sua destruição? Está em tempo ainda de mudar isso, né? A história é implacável e isso fica registrado para sempre. Finalizando, a destruição da Amazônia começa aqui quando as pessoas deixam de se importar em preservar uma região tão linda e tão importante...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

A senhora IEDA COSTA:- “Como é o Bosque Betânia. Somos Parque Betânia! Nós somos Parque Betânia!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próxima inscrita, senhora Diva Pimentel. Senhora Fátima Vieira pode se posicionar, por gentileza.”

A senhora DIVA PIMENTEL:- “Salve! Nós do Movimento Salve o Bosque Betânia somos reconhecidos, respeitados e muito queridos por vocês todos. Temos certeza

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

29

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

que fazemos parte da transformação do conceito de ambientalidade nesta cidade. Além disso, estamos em sintonia com um movimento mundial que se preocupa muito com a preservação da natureza com o triste momento que todos nós estamos vivendo e nós não queremos chorar pelo Bosque Betânia. Portanto, senhores, não percam o bonde da história tomando atitudes que serão lembradas para sempre. Surpreendam-nos! Ajam com protagonismo. Ajam para que nossa cidade tenha a visibilidade para o bem, o bem com letra maiúscula. Os deuses não perdoam os malfeitos pelo homem e é uma questão de tempo e a natureza vai reagir. Todos os bairros precisam de parques, muitos parques, não adianta despir um santo para vestir outro, cortar as árvores do Betânia não se justifica. As árvores de compensação ambiental levam anos para crescer. Frequentemente, escutamos que é muito caro pagar pela área do Bosque, e os custos pela saúde física, emocional, social das pessoas? Isso não tem preço. O Bosque não precisa de políticas retrógradas, o Bosque precisa de políticas restauradoras, reparadoras, curadoras das feridas das pessoas da cidade e do planeta. Somente assim a nossa cidade poderá vir a ser uma protagonista para tornar o mundo melhor. Olhem para o presente e para o futuro. O passado não preserva o Bosque vivo. Nós passarinho, vocês passarão! (Mário Quintana).”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Finalizou? Próxima inscrita a senhora Fátima Vieira.”

A senhora FÁTIMA VIEIRA:- “Bem, eu estou aqui de novo para lembrar que quando começamos o movimento Salve o Bosque Betânia ele estava... aquela área estava classificada como Zona de Proteção Ambiental Dois e com a mudança do zoneamento pedimos à atual gestão, à Prefeitura, que garantisse a Zona de Proteção Ambiental Um. Mas sabe o que eles fizeram? Tiraram de Zona de Proteção para Zona Mista. No meu ver, o Bosque fica desprotegido e ameaçado. Diante deste cenário, existe uma necessidade de mudar radicalmente a forma como a economia tem destruído o planeta e isso inclui o Bosque Betânia. É possível fazer a diferença. Vocês aqui estão lendo de verdade os relatórios científicos sobre a crise do clima? Por que continuam marchando cegamente? Desse velho jeito não dá mais! A não ser que exista alguma cúpula secreta, relatórios secretos, universidades secretas que apontem outro cenário futuro. O planeta é um só, este que vivemos, e o bosque é único! Esse Bosque Betânia é único e a última reserva de verde em meio a tanto adensamento central, e não pode ter compensação em outro lugar, isso não existe. Não podemos mais aceitar tanta falta de diálogo. Se muitos ou maioria de nós estamos pedindo mais cuidado com os

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

30

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

nossos bosques e florestas, convoco a todos a não desistir e sim resistir porque estamos em um processo de transição por uma questão de discurso e ideias. A guerra contra a natureza tem que acabar porque somos eco e não ego! Salve o Bosque Betânia! Queremos um parque! Alguém quer falar no meu lugar? Tem ainda 35 segundos.”

PESSOA NÃO IDENTIFICADA INTERROMPE:- “Bom, gente, dinheiro não falta: a gente tem a Ponte Estaiada, a gente tem...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Senhora, não pode passar a palavra, tá? Vou chamar a próxima inscrita, a senhora Suely Marques Honório.”

A senhora SUELY MARQUES HONÓRIO:- “Boa noite a todos! O texto que eu vou ler agora é de autoria do mestre em ecologia e doutor pelo Inpe, doutor Wagner Luís Camilloti. Pensemos em um dia quente de verão, de sol de rachar a cabeça, o corpo quente, aquela sensação desconfortável que te esgota fisicamente e você ainda tem que andar um tempão até chegar no seu destino. Agora lembremos da sensação de quando chegamos numa rua arborizada, com sombras que refrescam o corpo e a diferença de temperatura que pode chegar até 5 graus. Então, nos sentimos revigorados ao frescor do sombreamento, não é mesmo? Com isso em mente soa inimaginavelmente que se ainda precise de argumentos para se preservar pedaços de uma natureza já em frangalhos. Mais desconcertante ainda é a ideia de que as únicas áreas verdes urbanas ainda possíveis de contribuir para a qualidade de vida estejam sob o risco de serem cortadas para dar lugar a um estacionamento, indo em direção oposta ao movimento de redução de carros e da Organização das Nações Unidas para o plantio de bosques urbanos com o fim de tornar as cidades mais sustentáveis. Surge a questão de: quando o interesse privado deve superar o interesse coletivo? A visão da importância do Bosque Betânia tem sido resumida na discussão burocrática de que: ‘todos os requisitos legais foram atendidos’. Nisso, ignoram-se fatos como a saúde, o bem-estar humano e da fauna que lá reside. Áreas como o Bosque Betânia servem como amortecedores do impacto da urbanização sobre a biodiversidade e vida sustentável das pessoas. Finalizando, pensem em quantas pessoas próximas a nós sofrem com problemas respiratórios. As árvores são filtros naturais dos poluentes.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

A senhora SUELY MARQUES HONÓRIO:- “Portanto, salvem o Bosque Betânia! Salvem o Bosque Betânia!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Próximo inscrito o senhor

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

31

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

José Moraes Barbosa. Próximo inscrito o senhor José Moraes Barbosa. Está presente? Por gentileza.”

O senhor JOSÉ MORAES BARBOSA:- “Boa noite! Eu gostaria, como ambientalista, de fazer algumas perguntas para o Hayashi e também para o José Dimas, o Robertinho da Padaria, porque eu não me importo mais com o secretário de Urbanismo e Sustentabilidade porque ele não responde s minhas perguntas. Então, eu vou começar pela zona leste. Hayashi, vereador José Dimas, Robertinho, se porventura acontecer uma explosão na Petrobrás eu gostaria de saber de vocês... Hayashi, por favor, me responda, hein? Para onde é que a população da região leste vai se deslocar? Porque não foi elaborado um plano de risco para aquela região e segundo o projeto, certo, haverá adensamento e verticalização. Isso implica dizer que se houver um acidente em grandes proporções lá, quem é que vai responder por isso? Nós já temos exemplos péssimos neste país. Então há ausência de um plano de risco para aquela região e é uma irresponsabilidade ocorrer a centralização municipal naquela região, verticalização e adensamento. Então, eu peço a sua atenção porque você é o presidente da Câmara, mais especificamente da Lei de Zoneamento, então é fundamental que essa questão seja discutida. Sobre a região sul, sobre a zona sul, verticalização da região sul. Hayashi, você se lembra muito bem que nós discutimos isso numa outra oportunidade quando da revisão da Lei de Zoneamento e você se lembra que foi barrado por essa Câmara Municipal, justamente por quê? Porque você sabe tão bem quanto eu que os ventos que vêm do litoral, os ventos úmidos que vêm do litoral, se deslocam pela região sul. Então, se houver uma verticalização e um adensamento daquela região, Hayashi, o quão isso vai comprometer a qualidade de vida e a saúde da população? Há algum estudo para isso? Não há! Uma outra questão também sobre a região sul: de acordo com esse projeto as áreas verdes da região sul, mais especificamente 10 milhões de metros quadrados de áreas verdes que seriam áreas de proteção ambiental, serão afetadas. Então isso também é um problema muito sério, Hayashi, que precisa ser avaliado. Outra questão também é com relação a região oeste. Estão querendo verticalizar, Hayashi e vereadores, e adensar o terreno das vaquinhas. Quer dizer, o Aquarius hoje já está praticamente debilitado com aquele cânion de concreto. Quer dizer, então do lado vão construir mais um cânion de concreto? O quanto isso vai comprometer a qualidade de vida e a saúde daquela população? Isso é sério, Hayashi! Não região norte há bairros que não há água, Hayashi! Não há água potável, são os bairros irregulares. É um absurdo! E isso não

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

32

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

está contemplado na Lei de Zoneamento.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor JOSÉ MORAES BARBOSA:- “E para encerrar, é um absurdo, Hayashi, que esse projeto trate com descaso, indiferença, o Bosque Betânia, o Banhado.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Próximo inscrito o senhor Rafael dos Santos Reis. Próximo inscrito o senhor Rafael dos Santos Reis. Por gentileza, senhor Rafael. Por gentileza, senhor Rafael. Próximo inscrito o senhor Luiz Carlos Rodrigues já pode se posicionar também, por gentileza.”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Gente, vamos respeitar aí os 3 minutos de cada um. Não é isso? Por favor, os 3 minutos. Vossa excelência... todos estão falando 3 minutos. Não é isso a audiência pública? Democraticamente, então vamos manter a ordem, por favor! Cada um com o seu tempo e vamos respeitar, por favor!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Por gentileza, senhor Rafael. Pode falar, senhor Rafael, por gentileza.”

O senhor RAFAEL DOS SANTOS REIS:- “Vou aguardar.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Por gentileza, senhor Rafael.”

O senhor RAFAEL DOS SANTOS REIS:- “Não comecei ainda, espera eles pararem. Volta o tempo, por favor.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Eu chamei o senhor bastante vezes, senhor Rafael.”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Não tem problema, a hora que você for, você fala que a gente coloca para funcionar. Pode ser agora? Pode ser? Pronto, Tatiane.”

O senhor RAFAEL DOS SANTOS REIS:- “Boa noite a todos! Estou representando aqui a classe dos músicos. Há 15 anos eu sou músico em São José dos Campos e na região. Eu trouxe dois violões aqui hoje, um está com o meu amigo, esse comigo, tem mais um violão aqui. Esses instrumentos custam 25 mil reais, esses três instrumentos. Eu levei 15 anos para conseguir. Eu tenho oito instrumentos num total de mais de 35 mil reais só em instrumentos. Eu não peço nada além de poder trabalhar. Foi mudado, sim, na Lei de Zoneamento, mas não foi atendida a nossa reivindicação que era para ser mudado de CS4-B para CS1-B. Então, no CS4-B é com análise de localização. No CS1-B também tem análise de localização. Não tenho nada contra um templo religioso, cada um tem a sua religião, mas no CS1-A que não precisa de análise de

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

33

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

localização entrou o templo religioso. E a música faz muito menos barulho, com todo o respeito, mas você passa na frente de cada igreja que o cara está gritando lá dentro de uma forma que... então, mas a música ao vivo faz tanto barulho assim? Não faz, gente! Eu só quero trabalhar, o dono de bar quer trabalhar, ele quer colocar lá um isolamento acústico mínimo, ele não vai atrapalhar, nós não vamos atrapalhar, vai ter uma regulamentação, vai ter tudo correto, vai ser uma coisa feita pensada, já tem um projeto de lei, tem tudo, entendeu? A questão do alvará – exatamente! Liberou aí mais... estava em 54 vias, foi para mais de 140 vias que vai poder ter som ao vivo, mas, se você tiver um vizinho do seu lado, você não vai poder. Atrás. E o isolamento acústico, aonde entra? É bar fechando. Eu, por exemplo, eu faço música ao vivo em mais de oito cidades. Eu faço Caçapava, eu faço Jacareí, eu faço Taubaté, faço Paraibuna, faço Jambiero, faço Igaratá e por aí vai. E São José dos Campos onde fica? É cultura, gente, música é cultura, vocês estavam ouvindo música antes de começar a sessão. Aonde que a gente fica? A gente vai trabalhar, vai pagar as nossas contas de que jeito? Eu estou vendo 15 anos da minha vida sendo jogados no lixo, mas eu não vou deixar isso acontecer. Eu pago as minhas contas, eu vivo disso, é o dom que Deus me deu, é a única coisa que eu sei fazer. Eu já tentei trabalhar na Embraer, já tentei trabalhar em diversas fábricas da região, em Jacareí na Latecoere, Jambiero Globo Usinagem, várias outras fábricas, mas não é o que eu gosto de fazer...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor RAFAEL DOS SANTOS REIS:- “O que eu gosto de fazer é a música. Então, salve a música de São José dos Campos, salve! Música é cultura! Músico não é bandido, dono de bar não é bandido.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Por gentileza, senhor Luiz Carlos Rodrigues.”

O senhor LUIZ CARLOS RODRIGUES:- “Senhoras e senhores, boa noite! Meu nome é Luiz Carlos, eu moro na Maria Demétria Kfuri, no Esplanada II. Eu até escrevi alguma coisa para falar aqui em defesa do Esplanada II, mas o que eu estou vendo aqui nesse ambiente merece outra discussão. Olha, gente, quando o homem foi considerado homem, ele constituía o casal e tinha os filhos dele e ia para uma gruta em cima da montanha e protegia os filhos dele e a mulher dele, e aquilo ali era o lar dele daquele tempo. Então, ele era o dono do nariz dele, entendeu? Ele impunha a segurança com a própria vida. A medida que foram crescendo, que foram criando

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

34

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

vilas, não sei o quê, nós, os homens, passamos a dar esse direito, esse poder de ter a liberdade para outros porque aí veio aquele cara que, por 10%, que era o dízimo, daria segurança, escola, coisa toda, para a cidade, entendeu? E nós delegamos isso, entendeu? Hoje que que acontecia? Tem o maioral, que hoje é prefeito, tem os nossos representantes, que são os vereadores, então esse pessoal nós é que mandamos, gente! Nós não delegamos nada para eles. Quem é que delegou para dizer para o prefeito que tem que fazer ou não fazer? Ele tem que fazer o que a gente quer! É uma falta de respeito. Ainda uma senhora aqui, há pouco, se incomodou quando eu disse que quem não faz nada é vagabundo, que os senhores aqui da parte do Banhado tinham que se dirigir para os nossos representantes que são os senhores que estão aqui. Então, o que eu vejo aqui foi uma humilhação que a gente tem que sair daqui envergonhado com o... como foi tratada a dona Fátima, a primeira pessoa que falou aqui. Quem é que ficou chocado com isso? Eu fiquei! Olhei para os senhores que são os nossos representantes, nós não vemos a delegação, eu não dei delegação para ninguém fazer a coisa por mim, que eu tenho vindo desde muito tempo nessas reuniões, é tudo jogada ensaiada porque a pessoa vem aqui, fala, cartaz, ninguém faz nada! Nada! Os senhores me desculpem, mas quem não faz nada para mim é vagabundo! A senhora se incomodou aqui, diz que eu tinha que respeitar, eu estou num ambiente respeitável, o respeito com a dona Fátima, o respeito com o pessoal lá do Banhado e o respeito com...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor LUIZ CARLOS RODRIGUES:- “...o Esplanada II. Eu sou a favor do Esplanada como era antes: sem comércio, sem nada. É o que eu penso. Muito obrigado a todos!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito, senhor Cosme Vitor. Por gentileza, senhor Breno Augusto já pode se posicionar.”

O senhor COSME VITOR:- “Então, boa noite! Primeiro, eu sou comunista, né? Então, boa noite ao Robertinho, ao Walter! Walter e Robertinho, eu queria aqui questionar a inversão de prioridades. Ontem a gente via pessoa do nosso lado que hoje virou secretário, a gente via secretário da habitação, certo? A dona Maria Rita Singulano deve estar por aí. Que tirou a gente lá do Morro do Regaço, praticamente ali, alegando área de risco, e hoje está passando a Via Cambuí. Como que o Banco Mundial financiou, certo?, uma área de risco duas vezes, como? Então a gente tem... e outra coisa, e outra coisa, a gente quer explicação, porque é o seguinte: está sub judice. O

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

35

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

usucapião da área não está julgado, Robertinho, certo? E a via está quase terminando. E a outra coisa que eu quero questionar aqui ao Walter Hayashi, principalmente: cadê o estudo de macrodrenagem? Olha o que está acontecendo. Esse espertalhão aqui da Via Oeste, já sabe – hoje nós tiramos essa foto – já sabe que ali vai ser permitido prédios, está aqui oh, mostra pro Robertinho... já sabe, já fez até o muro, acabando do com a frente do Banhado inteiro, ali na Via Oeste. Do outro lado, lá no Brejauveiras, Robertinho, um crime que está sendo feito, cara, um crime! Está eu... o Lacaz está aqui hoje. Um crime! Estão soterrando uma família, está aqui, oh, põe pra imprensa ver. Olha que absurdo, aterrando uma família, rebentando com o meio ambiente, certo? Essa pessoa sofre de câncer, noventa mil reais não compram nem na favela e a desgraçada da via... maldito sejam vocês que apoiarem um negócio desses! Empreendimentos imobiliários em torno com a desgraça desse povo, com a nossa desgraça do Morro do Regaço. Maldito seja, vocês vão lá pro Banhado desgraçar e bater no senhor David, maldito seja todos esses empresários que vêm aqui, cara, certo, rebentar com a gente, acabar com a paz da gente, está aqui oh, isso aqui... Quem que é responsável? Banco Mundial não é responsável, Câmara Municipal não é responsável, prefeito não é responsável, empresário quer grana, certo? E aí como é que fica, Walter? Como é que nós vamos fazer com isso aqui no Brejauveiras? Como é que nós vamos fazer com essa senhora aqui no Brejauveiras? Explica, explica de forma plausível pra gente, o que está acontecendo, o que está acontecendo com a vaquinha, Jardim das Indústrias, certo, Banhado, certo? A senhora veio reclamar aqui, tem duas ambulâncias lá. Então, Walter, se passar essa lei, é um crime que Câmara está cometendo, um lesa-pátria, é contra a classe trabalhadora, com os trabalhadores, porque é um absurdo uma Câmara dessas sabendo de tudo isso...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor COSME VITOR:- “...essa reclamação toda, certo, e continuar ‘não, não é com a gente’. O Bosque Betânia tem sim, tá lá no financiamento do BID, a OP...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado, próximo inscrito, senhor Breno Augusto. Próximo inscrito o senhor Breno Augusto.”

O senhor BRENO AUGUSTO:- “Boa noite a todos! Sou da rua Laurent Martins, no Esplanada, provavelmente hoje uma das ruas com maior impacto de uso urbano, porque além do uso comercial que ela já tem numa metade, em um dos lados, ainda está servindo como uma via arterial de desvio da obra da ponte estaiada. Então, por duas vezes ao dia, as nossas casas ficam semi-inacessíveis por causa do trânsito, por

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

36

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

causa do trabalho que os marronzinhos precisam fazer ali, além disso tem o comércio do outro lado. Então eu vim aqui só pra gente reforçar o que já foi pedido, que é pro lado da rua que é residencial e sofre todos os impactos urbanos que a cidade oferece, possa não ser mais comercial também e se ajustar ao uso da região, porque esse uso chegou até a rua, não foi algo que a rua resolveu virar comercial. A cidade expandiu e ocupou, então agora a gente precisa adequar isso, porque tem gente ali que precisa dessa solução. Obrigado e boa noite!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próxima inscrita a senhora Caroline Bertholini. Já pode se posicionar também a vereadora Amélia Naomi por gentileza.”

A senhora CAROLINE BERTHOLINI:- “Boa noite a todos! Boa noite, autoridades! Boa noite! Eu tenho vergonha de estar aqui mais uma vez pra gente ter que ser ouvida, pela milésima vez, pelas mesmas questões. Eu fico abismada de ver o tanto de pronome possessivo ‘que é meu, é minha’ e não ‘nossa’ que a gente poderia estar usando aqui, porque não é só o Parque Betânia que vai usufruir daquelas árvores, nós também que moramos no Esplanada vamos. Hoje eu venho pedir aqui o que já existe no Esplanada. São mais de trezentos imóveis que têm o habite-se comercial. E eu não pretendo fazer clínica na minha casa, não pretendo fazer nada, eu sou de uma geração que vai envelhecer ali, porque eu gosto de morar ali, só que é uma vergonha o que acontece com a minha rua, de um lado pode tudo, do outro lado não pode nada, além do que nós precisamos ligar aqui diariamente, encher o saco do secretário de trânsito, para se fazer valer o meu direito de ir e vir, que todos nós aqui temos. Eu moro no Esplanada há muito tempo, e a paz a gente já não tem naquele local. Nós já temos corredores de comércio de baixo impacto. Eu só quero que regulamente essa questão pra que eu possa ligar na Prefeitura e fazer valer o meu direito, porque antes de 1997 ali podia tudo. Foi colégios, foi Anglo, foi Poliedro, foi a Etep, foi muita gente usufruir ali. Os meus filhos não têm condições de estudar naquele colégio que a minha rua habita, mas vereadores podem ter os filhos ali e fazer o leva e traz na minha rua. Eu acho engraçado a população não se fazer valer, pela milésima vez a gente tem que estar aqui... eu tenho vergonha dos músicos que hoje não podem trabalhar, porque tem uma pequena porcentagem que se incomoda com barulho! Barulho de onde? Vamos colocar acústica, vamos fazer valer as leis, a gente tem que fazer uma cidade nossa, uma cidade pra todo mundo morar, uma cidade que todo mundo sinta bem e não se envergonhe daquilo que a gente mais gosta de fazer, que é elogiar São José dos Campos. Hoje eu já passei uma vergonha aqui, porque eu fiquei na fila pra poder

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

37

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

falar, mas a vereadora Amélia Naomi, que vai falar depois de mim, o assessor dela estava cuidando do lugar dela. Espera aí, como que pode fazer um negócio desse? Se eu tenho que ficar na fila pra poder falar, ela também tem que ficar na fila pra falar. Então assim, eu acho que a gente tem que primeiro cobrar das autoridades o exemplo, que hoje eu não vim aqui... falei pra ela que eu senti vergonha do que aconteceu, falei: 'olha, eu vou usa a minha fala pra falar que eu estou com vergonha da senhora, que deveria estar representando o povo, deveria ter colado a bunda na cadeira ali, como todo mundo fez, pra poder estar falando aqui'. E as pessoas que não podem falar, que não têm um espaço? Então eu acho que a gente tem que ser ouvida, tem que ser pensado muito, com carinho, em cada reivindicação que se existe aqui, mas, principalmente, dar o exemplo pra gente se fazer valer a pena, pra gente conseguir morar em São José dos Campos da melhor maneira possível, porque eu amo a minha São José e vou sempre lutar pelos nossos direitos. Obrigado!"

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Gostaríamos de agradecer a presença do senhor José de Mello Correa, secretário de Gestão Administrativa e Finanças. Não... Sim, cada um tem... Não pode ser passada a fala, a pessoa só pode falar somente uma vez."

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- "Prossiga, Tatiane, pra nós."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Por gentileza, vereadora Amélia."

A vereadora AMÉLIA NAOMI:- "Bom, eu queria na minha fala fazer algumas reflexões, que eu pedi uma questão de ordem, e a Câmara sempre foi a Casa do Povo, espaço importante de manifestações. A liberdade de expressão popular essa Casa sempre acolheu... estou falando do pedido da retirada dos cartazes pra ser colocado do lado de lá. Até porque a Câmara quando... por diversas audiências públicas, todas, sempre teve a liberdade de expressão. Quero aqui também reiterar que do ponto de vista da Câmara, que a última audiência pública desta Casa, foi até meia noite, e a última audiência da Casa do Idoso terminou meia noite, a Câmara não poderia ter feito um decreto que limitou a duas horas, a propor isso, uma vez que a Câmara, sendo uma única audiência, ela tem todo o interesse que todos os setores venham até aqui e se posicionem. Então essas são as duas questões... é uma questão que estou levantando, e a outra questão é sobre a devolutiva. Infelizmente a Prefeitura não, não... apresentou a devolutiva no dia 31, todas as audiências públicas, foi registrado a solicitação da devolutiva. Então eu faço aqui um pedido que essa sessão de hoje da

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

38

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Câmara, seja feita uma devolutiva de todos os pedidos que estão pontuados aqui. A devolutiva da Câmara e a devolutiva da Prefeitura, que são quatro impressos. E além disso eu queria colocar uma outra questão: que além da devolutiva, que é fundamental que a gente tenha aqui, até porque o projeto que foi apresentado nas audiências públicas é muito diferente do projeto que foi apresentado aqui na Casa e também depois que foi apresentado aqui na Casa a Prefeitura mandou uma outra... um outro projeto, um aditamento, por isso mudou a data. Então que seja feita a devolutiva. E do ponto de vista ambiental, queria só aqui terminar dizendo o seguinte: esse projeto está comprometido, porque ele propõe adensamento em áreas ambientais como o Cerrado. Ele deixa uma... deixa muito em aberto, e nós vamos infelizmente... no Cerrado, que deveria ter... é preservado pela lei federal, em São José nesta lei infelizmente compromete muito o meio ambiente. Como nós vimos a fala de todos, e como nós estamos vendo aqui a própria luta da ciclovía, e eu estive...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

A vereadora AMÉLIA NAOMI:- “... fui lá buscar os meus materiais que estão aqui, o abaixo-assinado está passando aí, pra que a gente na próxima reunião do Comam...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Próximo inscrito, vereador Wagner Balieiro.”

O vereador WAGNER BALIEIRO:- “Boa noite a todas e a todos! Cumprimentar todos os representantes da Mesa, os colegas vereadores, secretários e a todos os presentes que estão aqui nesta noite. A primeira coisa é sempre essa discussão de quando deveria ser a audiência devolutiva e aqui a gente tem que fazer um resgate. Na discussão da Lei de Zoneamento de 2010, antes da Prefeitura mandar o processo para a Câmara Municipal, houve uma audiência devolutiva da Prefeitura, inclusive no dia quinze de março de 2010. A Prefeitura, depois que pegou todas as sugestões, críticas e opiniões da população, deveria ter feito primeiro uma audiência devolutiva antes de protocolar na Câmara Municipal até porque nós tivemos aqui, no projeto protocolado na Câmara Municipal, mais de uma centena de mudanças em relação ao projeto apresentado na audiência, vários, desde os mapas que foram até apresentados alguns aqui, desde vários itens de ponto de vista ambiental. Por exemplo, teve aqui uma discussão do Residencial Multifamiliar. Ali, por exemplo, dispensou o empreendedor de fazer o plantio da arborização do Residencial Multifamiliar, no mesmo artigo que mudou o tamanho da área também dispensou a arborização que era de responsabilidade do empreendedor. A mesma coisa que o ZPE1 tem a discussão hoje

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

39

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

de 10%, que foi colocado aqui, mas que na Lei 428 algumas áreas que estão como ZPE1 era 15%, era 15% de reserva de área verde. E também, uma das coisas que sempre foram discutidas, os instrumentos de política urbana. Seja ele transferência de potencial construtivo, que foi utilizado várias vezes aí para justificar a questão do Bosque Betânia. Ele não está regulamentado na Lei de Zoneamento, ele não está. 'Ah, vai ser esse modelo', tá! Quando que vão ser regulamentados os instrumentos de política urbana? Seja a transferência do potencial de construção, seja o direito de perempção, seja todas as operações e discussões que estão no Plano Diretor, tem que ter uma data de quando será regulamentado esses itens para valer dentro das propostas que foram inclusive... serviu de resposta para vários dos questionamentos nas audiências públicas. Por fim, gostaria de dizer o seguinte: nós tivemos um estudo da Prefeitura, em 2015, sobre o estoque de potencial construtivo adicional, o EPCA. Esse estudo deveria ser público, a Prefeitura gastou muito dinheiro fazendo esse estoque potencial construtivo. Poderia ser público, deveria ser público até porque ele vai dimensionar o quanto de adicional de construção a gente deveria ter em cada área do município. E a partir dali, sim, estudar o coeficiente e a outorga onerosa. E aqui dizer claramente, a outorga onerosa que precisa ter uma discussão..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "10 segundos para concluir."

O vereador WAGNER BALIEIRO:- "...correta porque ela é inversamente proporcional, quanto maior o valor da área, menor a outorga. Deveria ser o contrário. Então é uma situação absurda que a gente está..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Tempo Esgotado. Próximo inscrito, o senhor Gilbert Jean Pierre. Senhor Gerald Jean já pode se posicionar, por gentileza."

O senhor GILBERT JEAN PIERRE WITTMER:- "Boa noite a todos! Moro no Jardim Esplanada desde 1981. Nesses últimos dez anos, tenho observado um aumento constante no número de imóveis com placas de vende-se ou aluga-se, a maioria em estado de abandono. Raramente algum desses imóveis consegue uma nova ocupação. Sendo que hoje temos mais de 150 imóveis nessa situação. Se não permitirmos o comércio de impacto desprezível, CS, no bairro, a tendência será desse número aumentar cada vez mais. Como morador, acho isso profundamente lamentável. Espero que as nossas autoridades não permitam que isso aconteça. Caso contrário, o que provavelmente acontecerá é que o bairro, aos poucos, irá adquirir aparência de um bairro abandonado. Muito obrigado!"

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Senhor Gerald Jean, por gentileza."

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

40

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

O senhor GERALD JEAN FRANCIS BANON:- “Boa noite a todos! Meu nome é Gerald Banon, moro na Avenida Barão do Rio Branco, no Esplanada, desde 88. Na quinta-feira passada, no dia 29 de agosto, a Associação protocolou, no gabinete de cada Vereador, um ofício requerendo a inclusão da emenda... Desculpe! ...a inclusão de emenda ao projeto de lei, excluindo 13 ruas do Esplanada na lista do Corredor CR1. Neste ofício, aproveitamos para alertar os vereadores sobre improbidades jurídicas, incidentes sobre a alteração de zoneamento destas treze ruas, por ocorrer sobre um cenário de irregularidades, a exemplo de: falta de estudos, desvio de finalidade do projeto de lei, disfunções do CMDU, ameaça ao meio ambiente, falsa descaracterização do Esplanada e, finalmente, falhas na gestão democrática. Aproveito esta fala para solicitar oficialmente, em nome da Associação Amigos do Bairro Esplanada, reuniões desta Associação com as três Comissões Parlamentares Permanentes para tratar dos assuntos levantados neste ofício. Muito obrigado!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito, senhor Hypólito José Souza. Próximo inscrito, senhor Hypólito José Souza. Próxima inscrita, senhora Terezinha Meneghetti.”

A senhora TEREZINHA MENEGHETTI:- “Boa noite a todos! Sou Terezinha Meneghetti, falo aqui como moradora do Jardim Esplanada, falo também pela associação Ares, que é pela revitalização do bairro. Esclareço que eu já participei de quase todas as audiências públicas convocadas por esta Câmara, basicamente em todas elas pleiteando a revitalização para o nosso bairro. Solicito aprovação para CS, que é comércio e serviços de irrelevante impacto, para algumas ruas, com isso teremos mais segurança. Hoje temos muitos imóveis fechados. Também solicito uma solução para o trânsito caótico que existe em várias ruas, falo aqui pela rua que moro, que é a Laurent Martins. Ali é o caos no trânsito, como já foi falado aqui. Moro na frente do Colégio Anglo, ali fica tudo intransitável. Para a gente entrar e sair da garagem sempre temos ali problemas. Pedimos também regularização de ruas que já são corredores. Mais uma vez eu peço atenção dos senhores quanto ao atendimento de nossas reivindicações. Muito obrigada! Boa noite!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito, senhor Danilo Bueno. Próximo inscrito o senhor Danilo Bueno. Próximo inscrito o senhor Gabriel Alves da Silva.”

O senhor GABRIEL ALVES DA SILVA JÚNIOR:- “Boa noite a todas e a todos! Eu participei do Conselho Gestor indicado para os movimentos sociais quando da

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

41

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

discussão do projeto do Plano Diretor. Naquela oportunidade a gente já denunciava as irregularidades do processo de que não foi tomados alguns encaminhamentos. Primeiro: quando você discute a cidade você precisa conhecer, ter um diagnóstico da cidade, uma leitura completa, é como o corpo humano, o médico tem que fazer um exame para poder detectar qual a medida que vai para tratar uma doença e é isso que aconteceu na questão do Plano Diretor. E o pior, na Lei de Zoneamento não teve nem o Conselho Gestor e haveria obrigatoriamente de ter o Conselho Gestor. Então, e aí o que a gente está assistindo? A gente está assistindo uma liberação, não é? Uma liberação... A especulação imobiliária nunca foi... será tão contente como vai ser com a próxima lei. E não falo isso com a Aconvap. A Aconvap vai ser engolida. Vocês vão ser engolidos por outros empreendedores, outros especuladores, porque na realidade a flexibilização sem considerar o estudo de capacidade da infraestrutura, o estudo de macrodrenagem, inventário ambiental, ou seja, todos os documentos básicos para você decidir para onde e como a cidade deve crescer não foram considerados. Teremos impactos, isso obviamente vamos judicializar, porque isso não foi respeitado. E além do que foram retirados, aí que a gente vê como que a especulação atua, todas as Zonas de Interesse Social, todas as ZEIS, para regularizar as habitações populares. Ao invés disso, eu liberei geral o terreno das vaquinhas, imaginem, não vai ter ponte estaiada que vai aguentar, aliás, ponte estaiada para mim é um produto da Nike, né? O prefeito quis comprar um tênis de marca e aí comprou uma ponte estaiada, sendo que o engenheiro Ronaldo Garcia, professor da Faculdade de Engenharia da Fundação, fez projetos alternativos de obras de artes de viadutos que ficariam bem mais baratos e teria a solução de trânsito. Então, na realidade, nós estamos adensando, estamos criando uma cidade insustentável.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor GABRIEL ALVES DA SILVA JÚNIOR:- “Insustentável, que irá impactar, não é nos próximos 10 anos, no próximo ano, daqui 3 anos, e passará...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Próximo inscrito o senhor Wilson Cabral.”

O senhor WILSON CABRAL:- “Boa noite a todos e a todas! Queria contar para vocês, especialmente para os vereadores aqui presentes e ali, dois fatos, duas coisas que nós temos em São José e que não parece que a sociedade se apropria muito bem disso. 30% da água que chega nas nossas torneiras vêm de poços subterrâneos, isso pela Sabesp, sem contar os poços privados, então nós podemos ter o número da

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

42

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

ordem de 40% da água provida em São José vindo de poços artesianos. Nós temos mais de 20 milhões de metros quadrados na zona sul da cidade composta de campos Cerrado, aliás, que deram o nome à nossa cidade: São José dos Campos. Essas áreas são importantíssimas para uma coisa que a gente já está vivendo, e vai viver com muito mais intensidade num futuro próximo, que são as mudanças climáticas. Mudanças que vão trazer períodos mais alongados de seca crítica, de crise hídrica, que, senhores vereadores, nós já vivenciamos aqui, não é uma novidade mais para nós. E também, por outro lado, tempos em que haverá chuvas críticas também, ou seja, um adensamento, uma quantidade muito grande torrencial de chuvas em pouco espaço de tempo que vai nos levar a inundações e outros problemas, deslizamentos e tudo mais, e nós não fizemos estudos ou não usamos esses estudos para propor o zoneamento. Isso é uma irresponsabilidade, senhores. Eu não falo mais com a Prefeitura porque ela não dialoga com a gente, ela não quer nos ouvir, mas há uma chance ainda aqui na Câmara e eu espero que vocês segurem essa chance, vereadores de São José dos Campos, porque o Plano Diretor vocês deixaram passar incólume, vocês foram subservientes. Subservientes. E é impressionante a irresponsabilidade dessa subserviência. Eu gostaria, eu espero, estou aqui me humilhando inclusive, porque tudo pode não passar de um jogo de cena, para exigir que não sejam mais subservientes, que assumam a sua responsabilidade com o futuro dessa cidade. Nós precisamos de música, precisamos de bosque, precisamos de parque e de áreas verdes para sermos resilientes.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor WILSON CABRAL:- “Eu encerro por aqui. Obrigado!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito o senhor Weber Rios. Próximo inscrito o senhor Weber Rios. Próximo inscrito o senhor Gustavo de Sá. Weber Rios, por gentileza.”

O senhor WEBER RIOS:- “Bom, boa noite a todos! Meu nome é Weber Rios, eu sou o presidente da ARES – da Associação para Revitalização do Jardim Esplanada. Essa é a última audiência, eu vou dar as costas aqui para os vereadores porque eu gostaria de realmente falar com vocês e fazer algumas explicações de ataques que a nossa associação recebeu, inclusive ataques pessoais. Eu fui acusado de ser dono de construtora, isso nada me envergonha, isso me enaltece, ser dono de construtora, porque só é dono de alguma coisa neste país quem acorda cedo para trabalhar e quem trabalha até tarde. Veja bem, meu pai, médico psiquiatra, foi dono do Chuí, do

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

43

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Instituto de Psiquiatria durante 30 anos. Minha mãe, Sueli Souza Lima, foi dona do Centro Educacional Souza Lima, escola, durante 25 anos. Nos últimos 40 anos, a minha família desenvolveu atividades ligadas à saúde, educação e moradia, que é o meu caso. Então estou fazendo esta pontuação porque foi dito em revistas... e o nosso amigo muito mal-educado ali que não sabe nem escutar, por aí vocês já veem quais foram os ataques que eu tive. Fique quieto, não é a sua vez de falar! Eu peço que segure o meu tempo. Fique quieto, fique quieto, porque é a minha vez de falar.”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Por favor, por favor, gente, vamos manter a ordem! Por favor! Por favor, conclua!”

O senhor WEBER RIOS:- “Eu gostaria de que fosse acrescentado pelo menos 15 segundos por esse insulto. Então, eu gostaria de fazer essas pontuações. Vocês veem o nível das pessoas que nos estão... e nós nunca atacamos a associação de vocês. Nós sempre o tratamos com respeito. Nós nunca falamos pessoalmente de um ou de outro. Agora, esse cartaz que o senhor que está aí histérico gritando... o senhor está enganado! Vocês estão enganados, vocês estão enganados porque o Plano Diretor impede a construção de prédios no Esplanada. E nós da Ares já declaramos que nós não queremos prédios no Esplanada. Então vocês estão tratando de assuntos que sequer são problemáticos para ambas as associações. A outra questão é que o prefeito disse para ambas as associações que já existem, não é 250 que nem o Felipe falou, 350 habite-se comerciais no Esplanada. Isso significa que um terço do Esplanada já é comercial, se juntar com o número de associados da Ares, nós já somos mais do que 50% do bairro. Portanto, vocês precisam de entender que o bairro não é mais aquilo que ele foi no passado e que nós precisamos de mudanças para o bairro...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor WEBER RIOS:- “Por isso, nós defendemos... nós defendemos a alteração do zoneamento do Esplanada para Zona Mista. Obrigado!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito o senhor Gustavo de Sá.”

O senhor GUSTAVO DE SÁ E BENEVIDES MOURA:- “Boa noite, vereadores! Eu sou morador da rua Pascoal Moreira, no Jardim Nova América, nas adjacências do Jardim Esplanada. Nossa rua mostra-se vocacionada para atividade comercial devido à proximidade com a avenida São João, forte corredor comercial da cidade, e ainda por ser a ligação natural da avenida Rio Branco, o maior corredor comercial do bairro. Através de abaixo-assinado constatamos a vontade da grande maioria em alterar o

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

44

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

uso da rua para comercial. Destacamos também a existência de alguns estabelecimentos comerciais funcionando legalmente amparados pela Lei da Anistia e outros funcionando precariamente, aguardando a aprovação da alteração para formalizar a abertura de firma. Diante disso, esperamos que a Câmara aprove as propostas de alteração de zoneamento para o nosso bairro. Obrigado!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito o senhor Flávio Moura.”

O senhor FLÁVIO MOURA:- “Senhor presidente, demais componentes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores. Eu sou morador também da Pascoal Moreira e queria fazer algumas considerações que estamos a um passo da nova Lei de Zoneamento da nossa cidade. Estivemos presentes em quase todas as audiências públicas convocadas pela Prefeitura. O comparecimento foi exemplar, todos tiveram oportunidade de expor suas ideias. No meu bairro a Prefeitura criou, para os pontos mais críticos, corredores comerciais. Foi pouco, é verdade, mas poderá ser o início da recuperação do bairro que se encontra muito descaracterizado em consequência do crescimento da cidade. As justificativas para a alteração do zoneamento são evidentes, a começar pelo trânsito caótico decorrente dos acessos aos inúmeros estabelecimentos de ensino existentes no bairro. À noite, nos arredores das principais escolas, suas ruas tornam-se estacionamento para os carros dos estudantes, não sobrando vagas nem sequer para os moradores. Sem falar que o bairro situa-se na região central tornando-se passagem de acesso aos novos bairros surgidos. Sou morador então desde 1979 e hoje somos maioria a favor do comércio de baixo impacto. Peço aprovação dos corredores comerciais como um passo importante para dar início à recuperação do bairro. Obrigado!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próxima inscrita a senhora Andrea Luswarghi. Por gentileza, senhora Andrea.”

A senhora ANDREA LUSWARGHI:- “Boa noite a todos! Eu começo a achar que essa lei tem que cair inteira. Mas nós do movimento Somos Parque Betânia pedimos ZPA1 para os dois terrenos do bosque. Esse projeto que o prefeito mandou para Câmara classifica o bosque como Zona Mista 1, o que deixa as árvores ainda mais vulneráveis. Em nome dos 30 mil munícipes que querem um parque no Bosque Betânia, pedimos que as comissões da Câmara aprove a nossa emenda ao projeto de lei. Vai ter que ter emenda. Pedimos também que as ZEISs retornem ao mapa e que os bairros irregulares tenham suas demandas atendidas, que a área da comunidade do banhado volte a ser ZEIS e que o bairro São Mateus tenha água, pelo amor de Deus, que o

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

45

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

bairro São Mateus tenha água! Eles estão aqui há mais de 10 anos pedindo isso, a gente não pode aceitar. Sobre o meu bairro, o Jardim Esplanada, onde estamos há décadas pedindo ao Poder Público que nos proteja da especulação imobiliária, essa alteração do zoneamento saiu dos limites porque tanto o prefeito quanto os vereadores sabem que a imensa maioria dos moradores quer manter residencial. Transformar ruas do bairro em comerciais do jeito que está sendo feito é apenas o prenúncio da verticalização. Esse modo de operar das construtoras ocorre não apenas aqui, mas em todo o Brasil, uma pesquisa rápida na internet prova essa realidade. Já existem diversas casas no Esplanada compradas por pessoas ligadas ao mercado imobiliário. Não somos contra construtoras, mas somos contra a forma como esse processo está ocorrendo porque os moradores estão sendo prejudicados e atropelados. E nós não somos bobos. Não somos contra o comércio que não seja poluente, que não use a rua como estacionamento, que não produza ruídos e odores incômodos para quem mora no bairro. Mas o corredor CR1 que foi proposto para 13 ruas permite restaurante, churrascarias, bares, padarias, cozinha industrial e isso nós não vamos aceitar. Vereadores, aceitem a emenda para retirar o CR1 das 13 ruas do Esplanada! E vamos promover uma discussão qualificada entre todos os envolvidos. Aqui temos uma polarização entre duas associações: uma é dos moradores AABE, com centenas de associados, que pede o bairro residencial; a outra, a Ares, precisamos saber quantos moradores representa. O fato é que o bairro tem quase 1500 casas. Quem aqui pede o comércio no bairro realmente está muito prejudicado por causa do trânsito descomunal e de comércios irregulares.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

A senhora ANDREA LUSWARGHI:- “Eles merecem atenção porque o problema que relatam é fruto da ausência do Poder Público para cuidar do cidadão comum, mas o comércio não vai resolver o problema deles ali. E no ano que vem...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Próximo inscrito o senhor Fábio Antonio. Próximo inscrito, senhor Fábio Antonio. Por gentileza, Fábio. Por gentileza, Fábio.”

O senhor FÁBIO ANTONIO DE ARAÚJO:- “Boa noite! Eu estou aqui para fazer umas perguntas, mas não precisa responder já. É só analisar e ver o que seu coração sente. A Lei de Zoneamento beneficia quem? Eu acredito que seja meia dúzia de empresários, tá? Esse mês fomos notificados para fazer regularização do bairro, tá? Que que a Prefeitura fez? Ela simplesmente jogou nas costas dos moradores, né?”

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

46

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Regularizem e pronto e acabou. Temos pessoas que não têm condições de regularizar a moradia, tá? Nós estamos pedindo aí para ser regularização por ZEIS. E o que fizeram com as nossas ZEIS? O que que fizeram com as nossas ZEIS? Não é verdade? Então, não precisa responder agora, só sente um pouquinho. A gestão passada ela regularizou média de 25 bairros, a gente não está sabendo que os moradores tiveram que arcar sozinhos como está sendo dessa vez. Zona norte toda foi notificada, todos eles vão ter que regularizar os seus bens? Sem ajuda da Prefeitura? Sem uma mão especializada? Sem a ajuda de mãos técnicas que poderiam nos favorecer, ajudar na regularização do nosso bairro? Eu não tenho água até hoje no meu bairro. Quanto tempo já faz que minha esposa está aqui pedindo? Vem um cidadão lá da Prefeitura e chegou na rádio e falou que 'somente a Rita do Vila São Mateus pede água'. Tem alguém do Vila São Mateus aqui? Vocês querem água? Está cheio de vereador aqui que sabe do nosso problema. Dimas, o que que o Vila São Mateus precisa? Água. Robertinho, você foi nos visitar também, que que o São Mateus precisa? Água. A Amélia também sabe, precisamos de água. Wagner Balieiro também sabe, nós precisamos de água. Ninguém nos ajuda! Eu quero agradecer aos vereadores, mas infelizmente eu ainda estou sem água. O ano que vem, o ano que vem, por favor, pessoal, vocês pensam em quem vocês vão pôr para administrar São José dos Campos, tá?"

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "10 segundos para concluir."

O senhor FÁBIO ANTONIO DE ARAÚJO:- "Muito obrigado! Água no Vila São Mateus!"

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Tempo esgotado. Próxima inscrita a senhora Celina Machado."

A senhora CELINA MACHADO:- "Boa noite! Eu sou Celina Machado, moro na Vila São Mateus há 20 anos... Celina Machado, eu moro na Vila São Mateus há 20 anos e como a proposta... que muitos vereadores passam por lá que ia ajudar a gente. Só passa falando: 'oh, vou te ajudar, que não sei o quê'. Só promessa e mais nada. A gente queria que ele olhasse com mais... com carinho pela gente. A gente está precisando é de água, ajudar a gente a regularizar o nosso bairro. Há 20 anos que eu moro lá e eu comprei a chácara porque eu amo lá. Eu amo de verdade porque eu nunca abandono, eu ajudo vizinho, ajudo a capinar, limpar as chácaras. Então com a promessa que eles fizeram, entregaram os papeis para todo mundo lá falando que ia a regularização, meus netos ficou feliz, ficou dando risada: 'nossa, vó, agora vai sair a regularização para a gente'. Por que que eles mentiram então? Eles não deveriam

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

47

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

fazer proposta desse jeito, enganosa para a gente. Então a gente quer a melhoria da gente, é a água, ensinar a gente como a gente caminhar, não jogar terra em cima da gente. Ultimamente os vereadores só passam lá para fazer visita, depois chega na época de eleição eles estão lá batendo palma e querendo voto. Como? Se eles não olham para gente, como é que a gente vai olhar para eles? Com outra cara? Então eles têm que olhar pra gente, compartilhar com a gente, saber que eles estão aqui foi por causa da gente, a cidade inteira votando, a cidade vendo o serviço que ele presta pela gente. Se ele não prestar um serviço bom para a gente, a gente... vai querer um voto como? Então a gente queria que ele olhasse mais um pouco para a classe pobre, para a classe da zona rural e árvore também, que corta árvore não pode. Aqui, oh: As árvores que curam. Eu só vivo dessas árvores. Aonde que eu estou eu vou nas árvores, eu trabalho na roça, eu não deixo ninguém cortar árvore, não deixo ninguém pôr fogo, eu fico... aquilo lá, falei: 'não, aqui vocês não podem'. Não deixo caçar tatu, não deixo nada, sabe por quê? Eu gosto da zona rural, eu gosto de verde. Quem gosta de verde é o brasileiro, é São José. Não destruir... Não destruir São José da gente. A saúde da gente é a árvore que curou eu, eu tinha problema, foram as árvores. Eu trabalho no meio das árvores, com passarinho cantando, aquelas árvores balançando. Quem me ensinou a cuidar das árvores foi uma Irmã que veio de Taubaté, que ela me deu esse livro para mim, 'As árvores que curam', para você ver. A gente também está trabalhando com as crianças. Eu incentivo as crianças a trabalhar na horta, trabalhei com a Meire, meio ambiente, ensinar o quê? Plantar! Trabalhei 7 anos com a Irmã lá no Jaguari, escola Madre Tereza, ensinando as crianças a plantar. Eu não ensino destruir..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "10 segundos para concluir."

A senhora CELINA MACHADO:- "A gente saber construir, a criança nesse plano da gente, saber construir, isso que a gente precisa muito e a regula..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Tempo esgotado. Próximo escrito, senhor Vanderlei da Graça."

O senhor VANDERLEI DA GRAÇA:- "Boa noite a todos! Boa noite aos diretores Rodolfo, Oswaldo! Grande secretário Manara e o ilustre presidente Robertinho da Padaria, presidente dessa Casa. Vereador Walter Hayashi também, presidente da comissão. Ilustre vereador Roberto do Eleven e o ilustre vereador José Dimas, que faz parte da comissão. E os demais vereadores que estão ali também prestigiando a reunião. Meu muito obrigado pela presença de todos vocês! Nesta noite já tive a

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

48

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

oportunidade de ouvir e de ver também diversos munícipes falando a respeito da sua região, reivindicando para o seu bairro, isso é muito legal e é muito bom, mas eu vim aqui para falar da minha região também, né? E falar que a minha região... A região onde eu moro, para quem não sabe, é a região norte. E essa região, secretário, é uma região atípica, é diferente das demais. Nós tivemos a oportunidade de ouvir e ver diversos aqui dizendo que não quer verticalização, não quer a construção de prédio, eu respeito a opinião de todos. Legal! Diferentemente da região de vocês, a nossa faz mais de 10 anos que está engessada e lá nós precisamos desse crescimento. A nossa região parou no tempo, ela está parada. E se isso ocorrer eu acredito que tão... se ela continuar acontecendo dessa forma, tão logo as pessoas vão ter que se mudar dali, por quê? Porque não tem emprego, não tem investimento, não tem avanço, não tem nada e ela infelizmente está parada. E todas outras regiões ao longo dos 10 anos elas cresceram bastante. Então o meu pedido é para que os vereadores – a maioria conhece, principalmente o vereador José Dimas, conhece bem a nossa região – que olhe com carinho agora. Ao mesmo tempo quando eu falo para olhar em carinho, eu fiquei preocupado com isso, que eu estava vendo o mapa lá atrás na parte do fundo e vi ali poucas áreas de ZEIS, isso me causou uma preocupação muito grande. A nossa região é a região que mais tem problema com bairros irregulares, que nem nós vimos aqui, com falta de água e outras coisas mais. Se vocês puderem fazer um adendo ou a emenda, né, assim como é conhecida, e olhasse bastante. Eu já quero aproveitar para enaltecer o ilustre trabalho do Rodolfo. O Rodolfo já nos ajudou dentro da lei, tudo conforme manda o figurino, né, para que pudéssemos levarmos uma grande loja para regional norte e, logo de imediato, nós conseguimos ali no mínimo 200 empregos, ele e o vereador José Dimas. E agora depois de muita luta, muita discussão, muita conversa, a Lojas Cem chegou lá, está construindo e até em outubro, novembro nós teremos 200 empregos direto. E é isso que nós precisamos, a região norte precisa de mais emprego, mais avanço da verticalização para que o nosso povo e a nossa comunidade fica ali e não precisa sair dali para trabalhar em outras regiões, né? Ao mesmo tempo quero enaltecer o trabalho da FM São José, que é da minha região, é um orgulho poder ter uma rádio na nossa região e fazendo esse grande serviço que eles estão fazendo.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor VANDERLEI DA GRAÇA:- “Então, senhores vereadores, por favor! Vereador José Dimas, o senhor sabe o apreço que nós temos. Por gentileza, presidente

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

49

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Robertinho, olhe com atenção para a regional norte e com carinho, tá bom?”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Próximo inscrito, senhor Cainelson José da Rosa. Próximo inscrito o senhor Fernando Geremias, já pode se posicionar, por gentileza.”

O senhor CAINELSON JOSÉ DA ROSA:- “Boa noite a todos! Boa noite, Mesa! Boa noite, munícipes! Eu moro no Jardim das Indústrias há 33 anos e represento um grupo de moradores da minha rua, rua Heitor de Andrade. E todo o pessoal do Jardim é contra a verticalização do terreno das vaquinhas. Para quem não sabe – e alguns vereadores aqui não sabem, porque o nosso vereador não está presente, que é o Calasans – falta água no Jardim das Indústrias e é o lugar que mais tem poço artesiano. Falta água no Jardim das Indústrias, falta energia no Jardim das Indústrias, pouca gente sabe disso. Então, por que verticalizar mais ainda? Para mim sair do Jardim das Indústrias às quatro ou cinco horas da tarde, eu levo mais de quarenta minutos para ir até o centro. Há um estudo no terreno das vaquinhas que se verticalizar aquilo lá vai gerar em torno de 40 mil pessoas morando ali. O pessoal se esquece que no Aquarius tem mais de 100 prédios, no Splendor são 16 torres, 550 moradias populares depois do Splendor, no Pôr do Sol e querem colocar mais gente no Jardim das Indústrias e região. A Prefeitura engana nós. Faz essas reuniões, a devolutiva, como falou o senhor Balieiro, não existe! Eles não congelam nada! Congelam a bel-prazer, mas não devolve para o povo para discutir de novo. Então toda a mudança que teve não voltou para ser discutida. Cadê a verdade do senhor prefeito que some? Ele vive desaparecido. Parece o Papai Noel, só aparece para outras coisas. Então, eu gostaria que a Câmara analisasse com muito mais profundidade com relação ao terreno das vaquinhas, aquilo lá não merece ser. Aquilo lá merece ser sabe o que, gente? O Ibirapuera da zona oeste! Tem mina lá dentro, pouca gente sabe, eu conheço o caseiro de lá, tem mina d’água lá dentro. Vai construir prédio em lugar de mina d’água? O trânsito vai ficar como? Certo? Então, eu gostaria que os senhores vereadores debruçassem com maior carinho em relação a tirar o terreno das vaquinhas da verticalização. O Aquarius não aguenta mais, o calor no Aquarius é infernal, o cheiro de esgoto no Aquarius é terrível! Eu tenho amigos que moram lá...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor CAINELSON JOSÉ DA ROSA:- “Muito obrigado e boa noite!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito o senhor Fernando Geremias.”

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

50

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

O senhor FERNANDO GEREMIAS:- “Boa noite a todos! Eu moro na região do Jardim da Granja/Jardim Uirá. Eu vi poucas pessoas presentes da minha região, infelizmente. Eu preferi escrever e vamos lá. A região sudeste não tem nenhuma agência bancária – na última audiência eu falei isso –, nenhum hipermercado, não existe estrutura comercial para os moradores. Nosso abaixo-assinado tem centenas de assinaturas, onde a população pede que em todo o trecho da avenida Livio Veneziani seja demarcado ZM4, pois é um dos poucos trechos na região que possui áreas disponíveis para se instalar as empresas de apoio à população local. No Plano Diretor, a avenida Livio Veniziani foi demarcada como via básica existente e também como via coletora, devido a sua grande importância para a região sudeste, demarcada pela mesma lei como Macrozona de Estruturação. Repito: devido à carência de empresas para apoio dos moradores locais, como hipermercados, bancos, franquias, se faz necessário que o zoneamento da avenida Livio Veneziani seja demarcado como ZM4. Conforme documento protocolado sob o número 21, na audiência pública do dia 17 de julho de 2019, solicitamos que a avenida Livio Veneziani seja demarcada em toda a sua extensão como ZM4. Gente, eu estou um pouco nervoso porque eu fiz várias solicitações para vários vereadores (não foi um, nem dois, foram vários vereadores) pedindo que fosse revisto o que estavam fazendo com a gente na região. Parte do trecho da avenida da Livio Veneziani é ZM4, senhor Manara, e parte do trecho da avenida Livio Veneziani foi inicialmente demarcada como ZR (Zona restritamente residencial unifamiliar). E nessa avenida que recebe todo o fluxo de trânsito da Via Cambuí, existem áreas de cinco mil, sete mil, doze mil metros quadrados, que daria para instalar bancos, hipermercados, ou seja, emprego para a região, que é carente, e estrutura que a gente não tem. Gente, eu... não, não, não...”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Continua, a discussão está lá no fundo. Por favor, continua.”

O senhor FERNANDO GEREMIAS:- “Desculpa, gente! Só para encerrar... Não, gente, obrigado! Para o próprio Manara já foi protocolado o pedido. Por favor, Manara, a gente precisa do comércio na região, é necessário para emprego, para estrutura, a gente precisa morar melhor.”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Obrigado!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito o senhor Daniel Cabral. Próximo inscrito o senhor Daniel Cabral!? Por gentileza, senhor Daniel.”

O senhor DANIEL CABRAL:- “Boa noite a todos! Boa noite aos presentes, vereadores,

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

51

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA 02.09.2019
---	--------------------

secretários! Sou proprietário de dois bares aqui em São José dos Campos, na região da zona sul, meu nome é Cabral: Bar do Imperador, na avenida Andrômeda, e o bar Buteco do Cabral, na Ouro Fino. Há alguns anos atrás montei o Buteco do Cabral na Ouro Fino, estou numa avenida, tenho residência nas minhas costas, comércio de um lado e a Prefeitura do outro, residência na minha frente. Nesse comércio, eu tenho sonorização nele, eu só preciso de quatro horas de música para que meu comércio funcione. Sei que todo mundo precisa dormir, inclusive eu, trabalho de dia e à noite, vou dormir uma hora da manhã, levanto às 7 horas e vou para o outro comércio, porque eu sou representante comercial durante o dia. Alguns vereadores que estão aqui, Roberto do Eleven, por exemplo, já foi meu cliente, Robertinho da Padaria, o irmão dele é meu cliente, e assim vai. Então, eu trabalho muito e tento dar emprego nessa cidade, mas ser empreendedor em São José é difícil. O que que ocorre? Como o bar estava funcionando muito bem, eu dou bastante emprego, resolvi montar mais um.”

PESSOA NÃO IDENTIFICADA INTERROMPE:- “Só um minutinho, só um minutinho, só um minutinho...”

O senhor DANIEL CABRAL:- “Se você não tem educação, cale a boca. Cale a boca você, se você não tem educação, e deixa a minha vez de falar. Muito obrigado!”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Eu vou... Como é que é o nome dele? Eu vou incluir o seu tempo, está bom? Oh, só avisando aqui, viu? Oh, gente, vamos manter a ordem porque se continuar desse jeito a Guarda vai ter que vir aqui. Quer discutir? Vai discutir lá fora! Tá? Por favor, por favor, vamos manter a ordem! Quer discutir, vai discutir lá fora! Respeita a audiência, por favor! Você desconta do tempo dele, tá, Tatiane? Por favor! Pode prosseguir, por favor, tá?”

O senhor DANIEL CABRAL:- “Tranquilo, vamos lá! No final do ano passado, resolvi abrir mais um comércio em São José e dar mais emprego. Peguei, fui até a Prefeitura pedir a viabilidade do local. A viabilidade foi me dada 100%. Porém, na hora de sair o alvará de funcionamento foi indeferido, por quê? Naquele local não podia ter música ao vivo, e no meu alvará, quando eu solicitei, eu coloquei que teria música ao vivo. A Prefeitura errou e não corrige. Ok, beleza! Aí abri o bar sem música, não tem movimento, estou tentando fazer, de toda forma, que ele sobreviva para que essa lei seja mudada, a Lei de Zoneamento, e também uma lei que nós protocolamos junto aos vereadores para que seja votada, porque São José dos Campos não tem regularização para bar, ela tem regularização para casa noturna, para bar não. Eu não

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

52

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

posso, eu com um bar com cem pessoas, ser igual a uma casa noturna que coloca, o Luso Brasileiro, seis mil pessoas lá dentro. Não tem como eu fazer isso. Quero fazer uma acústica? Quero! Quero fazer tudo que for preciso. E outra, como eu falei, eu preciso de quatro horas de música, quando dá meia noite minha casa está lotada, sexta-feira, sábado lotada, véspera de feriado. Meia-noite eu corto a música, por quê? Eu sei que o meu vizinho precisa dormir. Agora, fica difícil de trabalhar, a lei não existe, ou seja, precisaria regularizar o bar, precisaria os músicos poder trabalhar. A casa da Andrômeda, por exemplo, eu tenho vinte e seis dias de trabalho, são vinte e seis dias que eu não contrato músico, estão todos eles sem receber, entram em contato comigo todo o dia e falo: 'gente, eu não consigo.' Por quê? A multa é três mil reais, é dobrada na sequência, seis mil, é acumulativa. Ricardo Sampaio acabou de sair aqui, é vice-presidente do sindicato, ele está na multa de cinquenta mil reais, não sei nem como ele está fazendo. Eu, na primeira multa, eu cortei. Não dá para trabalhar, ou seja, fica difícil de ser empreendedor nessa cidade. Eu gostaria de pedir aqui aos vereadores mais uma vez, já pedi ao senhor Walter Hayashi, Roberto do Eleven, Cyborg está acompanhando bastante a gente também, José Dimas estava com a gente presente lá. Dá uma força para a gente nessa lei, a gente não quer ser... Como diz assim, dono de bar não é bandido e músico não é vagabundo, vamos dizer assim. A gente quer realmente regularizar, mas passe a lei realmente: 'Oh, até tal horário é x decibéis, até tal horário é não sei quantos decibéis'. Você quer ter uma casa noturna, meu? Faça uma acústica, vai ser igual ao Acústico, o Guten, o SantOnofre..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "10 segundos para concluir."

O senhor DANIEL CABRAL:- "... vários bares que são realmente casa noturna. Agora, só peço essa ajuda para a gente. Dá uma força, por favor! Muito obrigado!"

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Próxima inscrita a senhora Gabriela Banon. Próxima inscrita, a senhora Cecília César pode já se posicionar, por gentileza."

A senhora GABRIELA BANON:- "Boa noite a todos! Meu nome é Gabriela. Eu sou moradora da avenida Rio Branco, desde 1988. A Proposta da Prefeitura de tornar 13 ruas (ou trechos de rua) residências em corredores comerciais só vai piorar o quadro atual do trânsito de passagem. Este quadro poderia ter sido mitigado se a Prefeitura tivesse dado atenção aos estudos e propostas da Associação Amigos de Bairro do Esplanada e Adjacências ao longo destes últimos anos. Os estudos em questão foram encaminhados na ocasião da Audiência Pública sobre a LDO de 2019, mas a equipe

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

53

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

técnica da Prefeitura o rejeitou sem justificativas. Neste aspecto, a transformação destas 13 ruas desrespeita o Inciso II do artigo 180 da Constituição Estadual, pois, no estabelecimento desta medida, a Prefeitura não assegurou a real participação da Associação no estudo e solução dos problemas de trânsito no bairro. Por isso, defendo a iniciativa de Emenda proposta pela Associação para a exclusão no Projeto de Lei de Zoneamento de 13 ruas residenciais do Esplanada previstas para se tornar Corredores Comerciais. Nós também nos solidarizamos com as causas do Bosque Betânia, do Banhado e da Vila São Mateus. A nossa voz merece ser ouvida. Esse projeto de lei não nos representa. O Esplanada é patrimônio da nossa cidade. Obrigada!"

A senhora CECÍLIA CÉSAR:- "Boa noite! Acho que é um sentimento geral que não é o número de audiências públicas que configura democracia, nós fizemos muitas, parece que foram mais de setenta, e o que quer dizer isso? Quer dizer que nos deixaram falar, mas não significa que nos ouviram, tem uma diferença. Vocês não estão escutando o povo, que é protagonista, que é o dono da cidade. Alguém já falou isso, é muito próprio, que nós realmente deveríamos ser os chefes da empresa, os que mandam. E o que acontece quando os funcionários não fazem o que o chefe manda? Demite! Então é um risco, é só uma lembrança. Em primeiro lugar, eu queria solicitar que vocês acolhessem a emenda da Associação do Bairro Esplanada contra os corredores comerciais. Isso não significa que nós somos saudosistas, que nós somos contra o progresso, nada desse tipo, significa que nós queremos um progresso com responsabilidade, com estudos, com participação de fato. O trânsito se organiza. Essa informação de que um terço do Esplanada já é comercial é mentirosa, nós temos estudos, que estão acompanhando a nossa proposta de emenda, que mostram que este número é mentiroso. Portanto, a gente gostaria de discutir essa questão. Nós viemos requerer oficialmente o nosso direito de uma reunião com as Comissões Parlamentares que vão discutir esse assunto, estamos fazendo aqui uma requisição oficial de reunião com essas comissões. E, por fim, eu gostaria também de acrescentar que está acontecendo uma coisa muito interessante em São José dos Campos, que toda crise às vezes é uma oportunidade. A crise que está acontecendo aqui criou uma outra organização chamada Desperta São José, que muitas das associações aqui fazem parte, isso é uma coisa muito interessante. São associações que não estão olhando o próprio umbigo, são associações que conversam sobre o bem-estar da cidade, está presente o Esplanada, está presente o Bosque Betânia, está presente a zona norte, a zona sul, o Banhado. Então, são grupos que estão coletivamente

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

54

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

pensando a cidade. Então, isso é um fato, que a gente gostaria que crescesse, de um grupo preocupado com a qualidade de vida do cidadão e não com os interesses financeiros meramente. Então, vocês, por favor, que estão responsáveis por essa votação, nós gostaríamos extremamente que vocês nos ouvissem de fato e dissessem não a esse projeto.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

A senhora CECÍLIA CÉSAR:- “A gente gostaria de ter coragem de ir na televisão e dizer: ‘É bom morar em São José.’ Pelo menos era. Obrigada!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito o senhor Aécio Ferreira. Senhor Silvio Holleben, pode se posicionar, por gentileza. Senhor Aécio, por gentileza.”

O senhor AÉCIO FERREIRA:- “Boa noite a todos, às lideranças, ao pessoal da zona norte, à FM São José, nossa parceira na zona norte, à imprensa aqui, à WebVale, presente também na presença do Clodoaldo também. Na pessoa do Republicanos, meu partido, na pessoa do Eleven, eu quero cumprimentar toda a Mesa, a direção da Prefeitura e os técnicos da Prefeitura. Dizer para você, a gente está em uma situação difícil na zona norte, na região do Freitas, na região do Mirante e aquele fundo da zona norte. Nós estamos fora da ZEI, como apontamos ali eu e outro parceiro, o Vanderlei. A situação é difícil, a Prefeitura tem notificado as pessoas. Dona Geovana, levanta a mão! Pedro, levanta a mão aí! O Breno, levanta a mão! São pessoas ali com casa já para demolir, com procurações da Prefeitura que já... diretamente na justiça para derrubar as casas, outros notificados. A situação vai se agravando na zona norte e nós vemos aí surgindo os movimentos, o Desperta São José, o PSL em Movimento, e o governo precisa tomar o rumo porque senão o seguinte: as eleições é logo ali, a situação vai ficando difícil. Então, eu quero dizer também... agradecer ao senhor Davi também, o qual eu convivi ali meus 25 anos com os familiares do Banhado também. Eu estou na região do Freitas por uma questão de gostar das áreas de chácaras, fiz a opção de vida por morar ali também e estou recebendo notificação também, como outras pessoas que eu trouxe aqui, a situação vai ficando alarmante na cidade. Quero dizer a todos vocês que a gente precisa tomar um rumo, colocar a cidade, a região do Freitas, o Banhado e outras regiões aí no mapa dessa cidade, né? O prefeito foi eleito democraticamente, respeitamos, respeitamos a sua livre escolha do pessoal, mas o seguinte: a gente tem que pensar que as eleições estão chegando, a situação vai ficar difícil. Desponta também o Republicanos com o Shakespeare Carvalho também para

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

55

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

fazer a luta pela cidade também, vem fazendo um apanhado aí. Então a situação vai ficando agravante para o prefeito, tem tudo para se eleger de forma tranquila e acaba desperdiçando... pode desperdiçar a oportunidade de conduzir a sua eleição. Tem crédito sim até a próxima eleição, depois das eleições o povo vai avaliar se segue ou para. A situação para quem vive nas zonas periféricas da cidade passa por uma dificuldade tremenda. Para quem não me conhece, eu sou o Aécio. Sou o Aécio da saúde, tenho minha luta travada nos postinhos de saúde. E também estou na luta, pessoal: é possível sim o hospital veterinário nesta cidade também, que são oitenta mil cães abandonados. Abre-se a campanha amanhã para mil vagas de castração e aí é o seguinte: quando for oito e meia aí já não tem vaga. As pessoas que vivem em vulnerabilidade nessa cidade vão ficar de fora. Então, a todos vocês...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor AÉCIO FERREIRA:- “... eu quero agradecer. Muito obrigado por tudo a todos vocês! Até a próxima, valeu, obrigado!”

O senhor SILVIO HOLLEBEN:- “Boa noite a todos! Sou joseense há quatorze anos e legítimo morador do Esplanada, não do Urbanova. Os agentes públicos responsáveis pelo desenvolvimento de uma cidade devem ter o foco na qualidade e não na quantidade em seus atos administrativos. Adensar os bairros não significa qualidade, mas sim atender a interesses corporativos específicos que sacrificam o bem-estar de seus habitantes. Desconsiderar o valor histórico cultural de uma região como a do Esplanada pode ser considerado um crime contra o patrimônio público e a própria identidade da sociedade. Deixar de fiscalizar os usos e ocupações irregulares de um bairro é negar cidadania aos seus habitantes e se tornar conivente a todo o tipo de corrupção, abrindo as portas à degradação do ambiente e desordem social. Criar corredores comerciais que adentrem ruas e zonas estritamente residenciais é usurpar a qualificação do meio, negligenciar seus moradores, desrespeitar a harmonia existente. Comparando isso a um câncer, é criar vias para que metástases se espalhem e destruam todo o bem construído durante décadas. A proposta do PL de transformar treze ruas do Esplanada em corredores do tipo CR1 é, nesse sentido, minimamente criminosa, pois aniquilará a identidade residencial do bairro, induzindo o crescimento desordenado, pois se nem com ZR é fiscalizado, imagine como corredor CR1. E lesando o legítimo interesse público que diversas vezes foi manifesto à administração e solenemente ignorado. Aliás, cabe registrar que nós, legítimos moradores do Esplanada, temos sido sistematicamente ignorados, desconsiderados e

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

56

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

desrespeitados em nossos próprios propósitos de preservação do Esplanada, tanto urbanísticos como ambientais, pois apesar de elaborarmos e protocolarmos documentos e propostas de alta qualidade técnica junto ao Poder Público, fomos tratados com descaso, pois as devolutivas foram mínimas e a meia boca. Importante: nós, legítimos moradores do Esplanada, identificamos várias impropriedades neste processo do novo zoneamento que atinge o município como um todo e alertamos a administração ao Ministério Público, isso quer dizer que há inquéritos civis em andamento que poderão imputar responsabilidades administrativas, civis e até mesmo criminais sobre os agentes públicos responsáveis, direta e indiretamente, por este processo a qualquer tempo. Assim lembrando que em breve teremos eleições municipais e que os senhores detentores de cargos eletivos serão também lembrados por seus atos. Aqui deixamos claro...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor SILVIO HOLLEBEN:- “Aqui deixamos claro imediato deve ser feito conforme documentação protocolada em cada gabinete desta Casa. É imprescindível...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Próximo inscrito, senhor Nilson Franco Martins. Próximo inscrito, senhor Nilson Franco.”

O senhor NILSON FRANCO MARTINS:- “Senhores membro da Mesa, boa noite! Munícipes joseenses, boa noite! Após todo o pronunciamento de meus vizinhos do Jardim Esplanada, eu gostaria de colocar para consciência dos senhores o que que está acontecendo. Há décadas atrás, se projetou um loteamento. Muitas pessoas, inclusive militares do CTA, caminharam para aquela região porque viram naquilo um projeto de qualidade de vida. Então, o que que era o uso de solo residencial unifamiliar? Só teria uma família dentro de um terreno, não teria prédios e tal. Os corredores, as ruas foram projetados para um tráfego local. O idoso – hoje eu estou chegando lá, já estou com 73 anos, tenho dificuldade de caminhar – poder atravessar uma rua tranquilamente. O que se vem fazendo ao longo dos anos? Eu sou membro da Associação dos Moradores do Jardim Esplanada e adjacências. Tive com um outro arquiteto cuidado de protocolar o início de uma ocupação irregular na rua Carlos de Campos. Acompanhamos, fui dentro da Prefeitura em todos os setores. Está lá pronto, funcionando e na frente o... gerou cinco vagas de estacionamento, só que não é suficiente, o empreendimento comercial que está ali não está revitalizando coisa nenhuma, um dos vizinhos reclama que às vezes ele quer entrar na garagem dele e tem carro parado atrapalhando que: ‘não, é um minuto, eu já saio.’ Cuidado! Eu sou

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

57

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

engenheiro civil, sou pós-graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, dediquei muitos anos de minha vida e tenho aqui ex-secretários presentes, como o Jean Franco e outros... Todas essas obras que vocês estão vendo na Dutra, eu fui um dos que acompanhou isso aí. Hoje sepultamos em São Paulo um dos ministros de Transporte que determinou... eu em contato com ele e o ex-deputado Ernesto Gradella, em Brasília. Vão inserir Jacareí, São José dos Campos... para fazer todas as marginais. Estão prontas? O edital para nova concorrência está sendo fechado agora em outubro, eu falei isso com o senhor prefeito, falei... não vou citar nomes... secretários. Eu estou tendo retorno de Brasília que uma empresa está preparando um novo edital. Eu não sei como vão fazer com São José dos Campos. Vamos continuar com esse entra e sai? Pois bem..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "10 segundos para concluir."

O senhor NILSON FRANCO MARTINS:- "... então eu só coloco para você... Um momento. Eu só coloco isso, revitalização não é pegar uma coisa que é uso exclusivamente urbano e colocar..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Tempo esgotado. Próximo inscrito o senhor Renato José Soares."

O senhor RENATO JOSÉ SOARES:- "Boa noite, comunidade que busca a qualidade de vida na nossa cidade, a todos aqui! Boa noite, presidente da Câmara, vereadores, demais funcionários da Casa. Estou aqui para falar algo importante. Eu quero que tenham todos boas reflexões sobre isso. Eu moro, sou morador do Jardim Esplanada há treze anos e busquei isso para a minha família e quero sempre estar lá. Eu quero primeiro uma reflexão sobre a opinião da maioria, nós do Esplanada, como todos aqui, a grande maioria que não tem envolvimento com especulação, somos maioria, respeite-nos! A nossa decisão, por favor! Quando nós falamos no caso do Esplanada que tem casas comerciais ou casas que não estão para alugar, reflitam também sobre isso: por que será que não estão lá? Que não conseguem alugar? Será que não é por especulação? Será que se não baixarem esses preços não acontecerá igual eu que fui para lá morar? É especulação imobiliária pura isso. Considere também outra reflexão: na região que querem liberar para o comércio ao redor do Instituto São José, querem errar novamente igual fizeram na paralela da Eduardo Cury? É um erro isso, lá existe um grande tráfego de carros, a população sabe disso, o estacionamento vai diminuir, existe piora de qualidade de vida para todos isso. E essa é uma consideração importante. E, para finalizar, quando se fala em quantidade de salas comerciais na

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

58

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

nossa cidade será que nós precisamos mais? Será que isso é necessário? Olha aquele prédio gigantesco no Shopping Colinas, olha a quantidade de prédios comerciais no Aquarius sem alugar, vazios, não tem necessidade. Respeitem a qualidade de vida dos moradores do Esplanada e de todos. É simples, é muito simples isso! Agradeço e boa noite!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito o senhor Samuel Gomes. Próxima inscrita, Valérian Dias dos Santos, se posicione, por gentileza. Senhor Samuel Gomes, por gentileza.”

O senhor SAMUEL GOMES:- “Boa noite... Boa noite! Meu nome é Samuel Gomes, sou presidente do Esplanada da AABEA, que tem 43 anos de existência. É uma associação lícita. Moro lá desde 1970. Para quem não sabe, o Jardim Esplanada nasceu em 1960 a pedido da GM: a diretoria queria um bairro com padrão americano, organizado, com muito verde, planejamento, para fins de atrair seus funcionários tanto no Brasil como fora daqui. Quem comprou uma casa no Esplanada, a Prefeitura garantiu que era exclusivamente residencial e não comercial, logo direito adquirido. O Ministério Público e a lei estão ao nosso lado. Seguindo a ideia da Ares, comprei uma casa no Urbanova Altos da Serra e vi que lá não tinha ruas comerciais, logo, vou pedir e entrar com uma emenda para fazerem corredores comerciais lá. Afinal, um bairro tão isolado e distante merece bares, lojas, mecânicos, escolas, boates, etc. Enfim, não sei o que vem daqui para frente, mas eu espero que venha pela frente e não pelo Chuí. Obrigado!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Por gentileza, a senhora Valérian Dias.”

A senhora VALÉRIAN DIAS DOS SANTOS:- “Boa noite! Meu nome é Valérian. Eu vou ler um pequeno texto que eu fiz. São José dos Campos caminha para um aumento populacional, pesquisas indicam que se tornará uma cidade milionária em pouco tempo – daqui a pouco um milhão de habitantes –, mas o uso da água para atividades diárias é crescente, não existe grandes políticas públicas tratando desse tema tão importante. Enquanto isso, nossas áreas de recarga de aquíferos são diminuídas, o consumo de água é muito maior que a capacidade de recarga. Diminuir ainda mais as áreas de recarga de aquíferos, que são as áreas de cerado, é colaborar para futuros problemas de ordem ambiental e social. E vocês? Vocês estão dispostos a colaborar com essa situação? Vocês vão jogar esse problema mais para a frente? Para as crianças, né, no futuro, que serão adultos, resolverem o problema que vai ser cometido agora? Eu estou aqui em nome dos meus alunos, tá, que aprenderam a ter carinho

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

59

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

com a área do cerrado, de tantos anos trabalhando com esse tipo de vegetação, e eles agora percebem o quanto que é importante não só como biodiversidade, mas também como uma importância para o nosso futuro. Esse planejamento específico ele não protege o nosso Cerrado, não tem nada falando nele que o conserve, certo? Como que vai ser no futuro? Esse problema vocês vão carregar, só depende de vocês, tá? Muito obrigada!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próxima inscrita, senhora Ana Carolina Barbosa. Próxima inscrita, senhora Sueli Barbosa. Próximo inscrito, senhor Francisco Javier Valdivia. Próximo inscrito, senhor Gilson Machado da Costa.”

O senhor GILSON MACHADO DA COSTA:- “Boa noite, autoridades aqui da Prefeitura, da Câmara Municipal, presidente Robertinho da Padaria, demais vereadores presentes, né? Então, como o meu discurso já foi contemplado aqui, eu gostaria de deixar uma reflexão para todos os presentes aqui e dizer que nós somos levados e somos doutrinados a sempre deixar esperança na mão das autoridades. E as autoridades, independente da pessoa, elas são instituídas por Deus, isso aí é berço familiar, isso aí é berço da sociedade. Então, a sociedade ela sempre vai confiar... mais mau-caráter que seja o indivíduo a sociedade vai confiar que as autoridades possam sempre fazer o bem para todos e não ser um leão que quer dilacerar a sociedade. Então, nós entendemos que Plano Diretor, as oficinas que foram feitas... a comunidade participou, principalmente loteamento clandestino, Parque Betânia participou, se envolveu, contribuiu, aprendeu, que podemos aprender muito também, foi exercida a cidadania ali naquele... e não fomos contemplados em nada. E estamos hoje na Lei de Zoneamento, que foram feitas as oficinas, o povo participou, se envolveu, aprendeu, contribuiu e infelizmente não fomos contemplados em nada. E hoje estamos aqui com o abacaxi na mão, os conflitos aqui foram falados, os conflitos foram colocados, evidências, tá? E nós entendemos que autoridade ela vem para resolver o conflito e nós queremos que vocês que são autoridades vocês possam amenizar o conflito porque resolver não vai resolver. Então, nós deixamos aqui um atento para a cidade de São José dos Campos: que a cidade ela possa, entendeu, dentro da proposta do Executivo, primeiro resolver o que existe, que são os conflitos: falta de água, falta de cidadania, falta de transporte público, falta de segurança, falta de credibilidade, falta de segurança social para as populações dos loteamentos clandestinos, preservar...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

60

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

O senhor GILSON MACHADO DA COSTA:- “Preservar o que a cidade ainda tem do seu restinho, tá? Então, isso aí está colocado para vocês vereadores que são autoridades...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Próximo inscrito, senhor Graco Tognozzi.”

O senhor GRACO TOGNOZZI LOPES:- “Boa noite! O meu nome é Graco Lopes, eu faço parte da Associação dos Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências. Eu queria dizer para vocês que em 2016, antes da eleição, nós fizemos um questionário e passamos esse questionário para vários candidatos. O candidato ali então, o senhor Felício Ramuth, que veio a ser eleito prefeito, o atual prefeito, ele se comprometeu na época na manutenção do Esplanada com as características daquela época do projeto de 2012. Três anos depois, a Prefeitura e o senhor Felício Ramuth ele submete um projeto em que ele introduz treze novas ruas comerciais no nosso bairro e não três, como foi apresentado aqui na apresentação pelo diretor da secretaria. São treze ruas. Nesse sentido, então, eu queria fazer um apelo aos vereadores que têm aqui uma oportunidade de aprovar essa emenda que foi proposta pela nossa associação, que traz o bairro para as características de 2012, do projeto de 2012, mantendo o que nós já tínhamos em 2012. Essa é a vontade da maioria dos moradores. Dito isso, eu quero dizer também que acredito que a maior parte de nós da associação não é insensível às dificuldades e aos problemas que os nossos vizinhos que fazem parte da outra associação... muitos deles vêm passando em algumas ruas que, de fato, viraram corredores de tráfego intenso no nosso bairro. Isso de fato causa uma dificuldade para os moradores. Quem quer morar em uma rua de trânsito intenso? Nós não queremos. Rua de trânsito intenso é boa para comércio, não é boa para residência. Então, a gente chega à conclusão de que o nosso grande problema na verdade ali, senhores e senhoras, não é comercial, não é residencial, é um problema de trânsito. O que acontece é que o trânsito que vai para o Urbanova hoje ele permeia pelo Esplanada, ele passa pelo Esplanada, ele transformou as ruas em ruas de alto tráfego e, portanto, que se prestam hoje ao fim comercial, mas não deveria ser assim. Se o Poder Público fizesse a sua parte e acompanhasse o crescimento da cidade, acompanhasse as tendências de tráfego e propusesse novas rotas, mantendo o bairro com suas características originais, isso não aconteceria. Então, quero convidar o Poder Público aqui a uma reflexão e...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

61

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

O senhor GRACO TOGNOZZI LOPES:- "... a discussão séria desse problema, buscando as causas raízes dele para que a gente resolva de fato e não fique nesse conflito que não leva a nada. Tá okay? Obrigado!"

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Tempo esgotado. Próximo inscrito, senhor Geraldo Marcolongo."

O senhor GERALDO MARCOLONGO:- "Presente."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Por gentileza."

O senhor GERALDO MARCOLONGO:- "A Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, determina em seu artigo 2º, item 2 – gestão democrática por meio de participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. A Associação dos Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências compareceu às reuniões promovidas pela Prefeitura e relativas ao Plano Diretor e depois nas reuniões referentes ao zoneamento. Infelizmente, as sugestões apresentadas foram ignoradas no projeto de lei encaminhado à Câmara. Como acima estava dito gestão democrática, eu pergunto se isso é gestão democrática. E peço que os senhores vereadores examinem as nossas ponderações e as tratem democraticamente como um desejo da população. Boa noite e muito obrigado!"

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Próxima inscrita, senhora Maria Cecília."

A senhora MARIA CECÍLIA RICETTO FUNCHAL ARIAS:- "Boa noite! Estamos diante da aprovação de uma lei que não apresentou estudo suficiente sobre o quanto o uso, ocupação e parcelamento do solo de nossa cidade irá afetar o microclima do município, afetar as áreas remanescentes de Cerrado e de recarga de aquíferos e afetar a população mais carente da cidade. Exemplo disso é a permissão da construção de prédios no terreno do Jardim Aquarius com limite absurdo de altura dos prédios que, com toda a certeza, comprometerá a ventilação do bairro aumentando ainda mais as ilhas de calor que já se observa no mesmo, sem falar ainda sobre questões de coleta de lixo, onde nossa aterro se encontra saturado, sobre questões de saneamento e os problemas do tráfego já existente no bairro. Permitir a duplicação da população do bairro sem o estudo adequado é, no mínimo, uma irresponsabilidade. Outro exemplo disso é a mudança de categorização da região onde mais de 30 mil munícipes solicitaram a construção de um parque, o Bosque Betânia. Nosso movimento Desperta São José protocolou um documento nesta Câmara solicitando

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

62

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA 02.09.2019
---	--------------------

emendas para preservar o desejo da população na manutenção desse bosque, além de outras demandas. E entendemos que a Lei de Zoneamento proposta é um perigo para a preservação do mesmo. Outra questão importante é a retirada da Lei de Zoneamento das chamadas ZEIS, deixando ainda mais vulnerável a população mais carente da cidade. Senhores, se pensarmos apenas na ocupação, verticalização, adensamento da cidade e priorização do transporte individual em detrimento do coletivo, redução de áreas verdes, impermeabilização do solo e exclusão dos menos favorecidos, vamos ter que urgentemente mudar o slogan que vem sendo utilizado na mídia 'Bom mesmo é viver em São José!' para 'Bom mesmo é mudarmos de São José!', pois com essas mudanças sem estudos concretos o que vamos conseguir é não só um pseudoprogresso para a nossa região, mas vamos sim trazer os problemas das grandes metrópoles para a nossa cidade e logo ali na frente estaremos tentando resolver os problemas de saúde que nos virá como consequência, e aí pergunto: será que a Prefeitura vai ter dinheiro para isso? E nesse mesmo contexto de saúde pública, eu gostaria de lembrar a todos os senhores que o ar que eu respiro é o mesmo ar que os senhores respiram e que, aprovando essa lei, vocês são responsáveis pela qualidade desse mesmo ar. Fica aqui a pergunta: São José, onde estão seus campos?"

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "10 segundos para concluir."

A senhora MARIA CECÍLIA RICETTO FUNCHAL ARIAS:- "Talvez no futuro, sem os seus campos, queiram mudar o nome da cidade para São Cristovão, padroeiro dos motoristas. Então, antes de aprovar essa lei..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Tempo esgotado. Próximo inscrito o senhor Mário Coltro. Senhor Mário Coltro se encontra presente? Próximo inscrito, senhor... Mário Coltro? Por gentileza, senhor Mário..."

O senhor presidente, ROBERTINHO DA PADARIA:- "Por favor, respeite... vamos respeitar o próximo a falar, por favor!"

O senhor MÁRIO COLTRO:- "Senhores membros da Mesa, os membros da comunidade aqui presente, meu boa noite a todos! Eu vim aqui representar o Thermas do Vale numa reivindicação que nós já fizemos e se podia ser feito novamente esse estudo. A Lineu de Moura era, desde o seu começo até um pouco depois da metade, no início dela, era 9 metros a construção de qualquer obra e, de repente, passou para 15 metros. Num passar para 15 metros, eu, como estou constantemente na Europa, eu fiz um estudo junto à Comissão Internacional de Jogos de Gelo, eu fiz um estudo para

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

63

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

trazer para São José dos Campos a modalidade... oito modalidades de gelo para São José dos Campos, e foi aprovado pelo Comitê. E agora foi aprovado pela... aqui no Brasil pelo pessoal do gelo. O seguinte: é que essa planta deve chegar no dia 20 e, com a nova mudança que voltou a avenida para 9 metros, eu tenho medo que se o ginásio vier com dez metros e vinte, a gente poderá perder porque o Comitê Suíço Internacional ele não permite que faça qualquer alteração no problema do ginásio porque são modalidades olímpicas e nós pretendemos trazer uma... assim que construir o ginásio e estiver pronto, no ano seguinte, trazer os campeonatos mundiais de gelo para São José dos Campos, que muito engrandecerá nossa cidade. O que eu gostaria que fosse feito? Voltasse os 15 metros para que a gente não perdesse essa oportunidade de ter-se São José dos Campos com as maiores modalidades de gelo, principalmente nos finais de ano, na passagem de natal e 1º do ano, nós termos nosso teto do ginásio caindo neve. Eu agradeceria muito o pessoal refazer esse estudo e voltar. Agradeço muito!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito, senhor Edmar Ferreira de Souza. Senhora Tânia Maria, já pode ser posicionada, por gentileza.”

O senhor EDMAR FERREIRA DE SOUZA:- “Boa noite! Boa noite a todos! Me chamo Edmar Ferreira, estou aqui representando a SAB do Campo dos Alemães e muito obrigado a quem ficou até o final, a gente sabe que é difícil. E eu queria apenas comentar um caso que aconteceu comigo, fuge da Lei de Zoneamento porque na Lei de Zoneamento da zona sul eu participei e fizemos todas as requisições lá pela SAB do Campo dos Alemães. Mas o que eu queria deixar aqui é um apelo para os vereadores que ficaram presentes até o final, o Sérgio Camargo, o Wagner, a Amélia que está ali. O que aconteceu? Eu vou até intitular aqui para os vereadores como se fosse ‘A saúde na UTI’. O que que acontece hoje em São José? Eles não estão tratando os casos mais graves, que é caso de câncer. Meu tio veio a falecer agora na última quarta-feira, estamos esperando uma consulta no DRC, não tem vaga no DRC, entendeu? Estamos aguardando essa consulta. E ele fez um procedimento no Hospital Municipal, foi fazer uma endoscopia, ele fez endoscopia no dia 15, no dia 16 ele estava em casa. O Hospital Municipal ele fez um relatório falando que não conseguiu fazer endoscopia e mandou o paciente para casa, aí no dia 16 meu tio praticamente acordou desfalecido dentro de casa, eu tive que fazer massagens cardíacas, esperar 15 minutos o Samu chegar, dali foi para o UPA dos Campo dos Alemães, do UPA voltou para o Hospital Municipal. Aí do Hospital Municipal, eu exigi a transferência dele para o

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

64

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Pio XII porque até então ele estava fazendo tratamento de câncer no Pio XII e ninguém sabia o prognóstico e nada lá no Hospital Municipal, aí eu pedi no Pio XII. Aí ele internado no Pio XII, durante esses 10 dias... aí durante esses 10 dias... ele faleceu no 12º dia, durante esses 10 dias ele estava respirando através de aparelho. Aí passando nesses 10 dias, eu não estava em São José, estava em Minas, aí meu irmão falou que o médico tirou o aparelho para ele respirar. Passando ali dois dias, ele faleceu por insuficiência respiratória. Eu questionei o Pio XII: por que tiraram o aparelho se ele estava respirando pelo aparelho? Aí foi feito esse laudo aí: por insuficiência respiratória. Eu gostaria... por isso que eu pedi atenção dos vereadores, para ter um pouco mais de carinho com esse pessoal. Eu acompanho o Sérgio Camargo, vejo que ele está ali nas obras sociais ali. Então, o que que acontece? Vamos ter mais atenção com esse pessoal, que é o pessoal mais idoso, o pessoal que está ali naquela fila esperando por tratamento e o DRC, por algum motivo, que eu não sei qual, está atrasando isso. Desde janeiro ele está ali na luta, na luta, na luta e eu tenho reclamação do DRC, se precisar, nós estamos aí. E uma sugestão para os vereadores também, se estiver todo mundo me ouvindo, uma vez na UPA eu questionei o médico, o doutor: por que que não tem uma integração, não tem uma integração...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “10 segundos para concluir.”

O senhor EDMAR FERREIRA DE SOUZA:- “...não tem a integração do relatório? Que que acontece? O paciente chega, se ele está na UBS ou na UPA, ele vai saber, o doutor vai puxar lá o prognóstico, vai saber tudo que está relatado ali. Era só isso. Obrigado, gente!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Senhora Tânia, por gentileza!”

A senhora TÂNIA MARIA DE MATOS BEZERRA:- “É para falar aqui? Ah, tá. Então, dá vontade de ir embora, né? Não ficar gastando mais tempo com isso, mas realmente... é a minha vez, né, então... Oh, eu vou contar uma história de um país chamado Butão. Lá eles falam da felicidade interna bruta, ou seja, eles pensam primeiro na felicidade do povo e não nos interesses econômicos. Eu vim falar pelo Bosque Betânia, mas o pessoal não quer vir aqui, então... Mas eu estou querendo dizer que lá no Butão, sabe o que que aconteceu? Tinha um vale e um templo bonito embaixo de um vale e o país resolveu não botar uma hidrelétrica e inundar aquele vale porque eles queriam preservar aquele templo. E a mesma coisa quando tem vontade política, né? A gente aqui, a gente está num outro século. Em pleno século XXI a gente não ter água? Como

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

65

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA 02.09.2019
---	--------------------

assim? Se não tem água encanada, não tem nem esgoto, né? Eu ouvi falar que 80% ou 90% de São José tinha esgoto. E não tem? Como assim? Não estou entendendo. Aí, o povo pode não saber o que é mudanças climáticas, crise climática, mas eles sabem o valor das árvores. Todo mundo sabe como é fresco ficar embaixo de uma árvore. Entendeu? Não é assim 'ah, vamos pensar ou não em preservar o Bosque'. Se o pessoal quer um bosque, gente qual é o problema, sabe? Faz as coisas acontecerem, não é possível. E outra, a gente também... a gente está muito negligenciando uma arvorezinha assim, sabe? Quando a gente deixa um processo correr para uma árvore ser derrubada na frente de uma padaria ou na frente de um comércio, simplesmente pela canetada, pela coisa prática, a gente está dizendo o que para população? 'Ah, a gente não se importa com aquela arvorezinha, não'. A gente não se importa, também, com as mudanças climáticas, porque combater as mudanças climáticas é só podar as árvores e tirar porque vem uma tempestade e vai cair aquela árvore sobre aquela casa? Não, a gente tem que plantar mais árvores até para criar mais microclimas e para criar mais condições das pessoas não sofrerem tanto o aquecimento global, que é o que vai acontecer. Os países estão pensando em diminuir 1,5 graus a temperatura global. Então cada cidade tem que fazer a sua parte. Então por que que não vai fazer um parquezinho lá no Banhado? O Banhado está super... um documento de 90 páginas e a Prefeitura não recebeu esse documento? Não dá para entender, sabe, ficar alheio a isso tudo. A gente está em pleno século XXI, tem que fazer as mudanças agora. A Greta Thumberg tem que vir aqui..."

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "10 segundos para concluir."

A senhora TÂNIA MARIA DE MATOS BEZERRA:- "... para falar? Não precisa, né. Está aqui, está todo mundo até agora a essa hora, muito cansativo, assim, muito cansativo mesmo. Obrigada, gente!"

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- "Próximo inscrito o senhor Angelo José."

O senhor ANGELO JOSÉ RODRIGUES LIMA:- "Boa noite a todos e todas! É, de fato, muito importante o que a senhora falou sobre que as árvores curam. E recentemente teve uma pesquisa sobre a relação da poluição do ar com a saúde e nove em cada dez pessoas respiram ar contaminado no mundo; 7 milhões de pessoas morrem no mundo por conta da poluição do ar; 50 mil mortes são no Brasil e isso é algo estimado, 50 mil mortes. Então, uma cidade poluída aumenta o risco de ataque cardíaco em cerca de 75%, cerca de 75%. Por isso que as árvores de fato curam. E a mortalidade e a morbidade geradas pela poluição do ar, e aí os senhores aqui falam tanto de

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

66

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

números, de valores, de custo econômico, geram um custo econômico em cerca de perda de 208 milhões de dólares por ano. Isso é o que gera a poluição do ar, 208 milhões de custos. Isso... e isso está provado inclusive na questão da saúde e saneamento também. A cada um 1 real investido em saneamento, a gente economiza 5 reais em doenças. Então são várias questões que é preciso que... e aí eu fico me perguntando: o que é que será que sensibiliza esses vereadores, os tomadores de decisão, os técnicos aqui? O que é que será que sensibiliza eles em relação à tomada de decisão, de pensar a cidade, de representar a cidade? E parece que cada vez mais eles querem ficar cada vez mais isolados da cidade e da população, porque não ouvem, até agora não ouviram a sociedade. Falou muito bem aqui uma senhora, que o fato de ter audiências públicas não significa que eles estejam ouvindo. É importante ter audiência pública. Mas eu queria fazer mais um chamado aqui a nós mesmos, eles estão conseguindo fazer uma coisa inédita aqui na nossa cidade, na cidade de São José dos Campos, que é unir a luta ambiental com a luta social. E é fundamental que essa luta continue se esses vereadores e tomadores de decisão não fizerem aquilo que a sociedade quer. Continuamos a luta, organizados, para dar resposta a eles, no ano que vem, em relação às eleições.”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próxima inscrita, senhora Ingrid Rodrigues.”

A senhora INGRID RODRIGUES DE SÁ:- “Boa tarde! Gostaria de parabenizar a todo mundo que ficou aqui até agora. E eu queria começar minha fala, vou me apresentar, meu nome é Ingrid, eu sou ativista social da cidade pelo Coletivo Afronte. E eu queria começar a minha fala falando sobre o direito da dignidade da pessoa humana. Quando a gente fala no direito sobre a dignidade da pessoa humana, não é um pleonasma. A pessoa humana ela só se torna humana, segundo a Constituição, quando ela tem o seguinte direito aos princípios: o direito à moradia, o direito ao saneamento básico, o direito à saúde e o direito à segurança. Então quando uma pessoa ela não tem esse direito perante a sociedade, ela não tem o direito da pessoa humana. E dá para mim aqui... eu fico até envergonhada de reivindicar qualquer coisa aqui sendo que tem pessoas que não têm água na sua casa, elas não têm direito e nem condição de humano nessa sociedade. É uma vergonha, para mim, vir aqui reivindicar para o prefeito o mínimo que é conservar as árvores do Bosque Betânia, quando tem pessoas que não têm o que comer, não têm onde morar e não têm aonde tomar um banho, ter uma vida digna, uma água, uma saúde. Eu quero dizer também que o mais vergonhoso também é ver pessoas aqui implorando para as pessoas que escolhemos

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

67

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

representantes da gente, do povo aqui, implorando, pedindo. Não somos nós, nós não temos que implorar, eles não são seres divinos, eles trabalham para nós, são representantes do povo e eles estão aqui para nos ouvir. São 148 bairros, em São José, regularizados, mais de 70 mil pessoas sem direito básico à moradia, vivendo em condição de sub-humano. É uma vergonha, Prefeito, é uma vergonha para esse Plenário, é uma vergonha para Câmara dos vereadores. Obrigada, gente!”

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Próximo inscrito o senhor Sebastião Assis.”

O senhor SEBASTIÃO ASSIS MENDES NETO:- “Boa noite a todos, à Câmara dos vereadores, senhor presidente e presentes. Apesar desses ares ruins, com cheiro de enxofre em pacote de maldades que vem de Brasília, nós ainda vivemos num estado democrático de direito. E assim sendo, a democracia é exercida pelos cidadãos, como foi ressaltado por diversos oradores que nos antecederam. E, por consequência, nós, cidadãos, exercemos a democracia através dos senhores vereadores no caso específico da votação dessa lei. Então não se concebe, postos os senhores vereadores votarem uma lei, ou tópico da lei, que possa vir contrário ao interesse dos seus mandantes, dos seus cidadãos. Então, o que se viu aqui, o pleito de diversos setores da cidade apontando equívocos nesse projeto de lei, equívocos pontuais que podem muito bem serem modificados nessa Casa e que devem ser modificados porque não é possível que os senhores vereadores se mostrem insensíveis ao pedido de todo mundo. No caso específico do Jardim Esplanada, que é um bairro residencial desde o início, seria um estelionato transformá-lo num corredor comercial, porque ele nasceu como um espaço essencialmente residencial. E, outra coisa interessante, é uma contradição nós termos milhares de imóveis com destinação comercial desocupados, vazios, e os senhores proprietários, sim, sofrendo as agruras desses imóveis desocupados, e vocês virem, a Prefeitura mais especificamente, vir criar novos corredores comerciais onde a sociedade, o povo, os moradores do bairro não querem comércio. Então vocês estariam aprovando esse projeto de lei na forma que ele se encontra, vocês estariam contrariando dois grupamentos da sociedade: aqueles que não querem comércio no seu espaço e aqueles que detêm imóveis comerciais vazios à espera de pretendentes. Então, o pedido que fica é: que tenham sensibilidade, se mostrem e ajam, atuem realmente como representantes do povo...”

A cerimonialista TATIANE CORREIA: “10 segundos para concluir”.

O senhor SEBASTIÃO ASSIS MENDES NETO:- “...fazendo e atendendo o pleito que eles aqui deixaram, muito claro, ser a sua vontade. Obrigado!”

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

68

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

A cerimonialista TATIANE CORREIA:- “Tempo esgotado. Próximo inscrito, senhor Edson Caxambu. Não havendo mais inscritos, ouviremos agora as considerações finais pela equipe técnica do Poder Público Municipal.”

O secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, MARCELO MANARA:- “Bom agradeço a todas essas sessenta e poucas considerações, contribuições. Assim fizemos nas doze audiências públicas e eu quero reforçar começando das últimas falas em que o apelo ao princípio democrático, garantindo que ele esteja plenamente atendido porque também na democracia sobressaem as ideias que prosperam e as ideias que não prosperam, os argumentos que caminham e os argumentos que não caminham, isso é o resultado da democracia. Então também propor seja qual for o seu olhar sobre a dinâmica de cidade, seja qual for a sua angústia sobre a sua rua ou o seu bairro, é importante que também na democracia saibamos que, na medida em que a proposta pode não acolher essa ou aquela recomendação, isso não quer dizer de fato que o princípio democrático esteja sendo corrompido, esteja sendo inobservado. A democracia é exatamente fruto desse debate que aqui brilhantemente todos participaram desse momento cidadão, todos a não ser um ou outro arroubo aí, mas de maneira ordeira, de maneira respeitosa, se manifestando com ênfase, mas acima de tudo respeitando a todos aqueles que vieram aqui se manifestar. Então democracia é isso, democracia também por vezes irmos para casa satisfeitos porque a nossa sugestão, a nosso olhar de cidade foi acolhido de certa forma ou também dormimos como cidadãos engrandecidos mesmo que nossas ideias não tenham sido acolhidas. Isso é democracia. Eu só queria passar por alguns grandes temas, a começar do Banhado, da fala do senhor David, que ele fala que a proposta veste, a proposta atende à especulação imobiliária, né? Então, também, assim como a questão da suposta verticalização do Esplanada, são factoides que não prosperam. A questão imobiliária no Banhado ela é muito claro assentado na Lei Orgânica do Município, assentado pelos diplomas que vestem a superfície dessas unidades comunidades de conservação que essa preocupação não merece prosperar e ela deve ser esclarecida a todo momento, porque falar que a proposta do zoneamento carrega nos seus bastidores, como queira ver, o interesse do mercado especulativo isso em nenhuma linha, no entendimento direto ou no entendimento indireto, essa leitura prospera. Também na questão do Banhado, agora eu não me recordo quem fez essa colocação, de que os prédios da Argon também fazem parte da fisionomia do Banhado, também não é verdade. Os prédios da Argon estão no terraço

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

69

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

e definição da cota do Banhado ela é bem clara dentro dessas definições. Também importante que as chácaras... comentado, chácaras e sítios. Na APA de uso sustentável elas são permitidas, inclusive pela Lei Orgânica. Então devemos separar as questões trazidas que são trazidas no bojo, que são trazidas num conjunto de uma suposta verdade absoluta que não prospera. Ângela, por favor! Por favor! Colocar também a questão trazida pela liderança do Sinhores, tanto o Júnior como o Sampaio, e também um músico fez um comentário de forma comparativa: por que que os templos eles foram trazidos para CS1-A e os bares com entretenimento não? Então vamos lá! A primeira grande diferença são os horários de funcionamento, a partir das 22. Eu não conheço, mas eu acredito que não tenha nenhum culto evangélico, não tenha nenhum culto de igreja que vá até a meia-noite, uma hora da manhã. Também a característica desses cultos. Embora saibamos que há um grande problema, aquelas igrejas que têm em ladainhas a sua manifestação elas realmente... elas causam maior incomodidade, porém são poucas as igrejas evangélicas que têm, nesse formato, a sua manifestação de culto. Então também é outro parâmetro de diferenciação. Também o movimento da porta desses estabelecimentos comerciais eles se diferenciam, porque a partir do momento que um culto numa igreja termina o movimento dos carros saem e... com um movimento de baixa incomodidade, o que não acontece com os estabelecimentos com entretenimento que, mesmo que fechem as suas portas às 22 horas, ainda prospera certa organização de pessoas que estão ali com outra proposta e que também isso traz uma preocupação que na verdade se justifica a diferenciação que o músico fez esse questionamento de que teria que ter o mesmo tratamento. Também no que falou o vice-presidente e o presidente do Sinhores, entendo perfeitamente que uma angústia muito forte do segmento dos músicos reside no formato da fiscalização de Posturas. Então, sim, é verdade, nós entendemos como uma necessidade para ontem, urgente, a reforma do Código, a modernização do Código de Posturas que também vai ajudar a pacificar, a atenuar muitos dos problemas que decorrem, não do zoneamento, mas que decorrem da fiscalização, que tem duas regras: o Código de Posturas e a Lei do Silêncio. Então, naquilo que estiver ao alcance da municipalidade, junto com a sociedade, junto com os vereadores, discutiremos o Código de Posturas porque de 1970 para cá nós estamos falando um outro mundo, uma outra São José dos Campos. Mas eu quero salientar que... usando da expressão aqui trazida por muitos: músico é vagabundo e dono de bar é bandido. Em nenhum momento essa administração, essa equipe deixou

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

70

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

de atender, deixou de trazer, internalizar todas as demandas trazidas pelo segmento porque entendemos ser um segmento pujante, um segmento importante na cadeia econômica da cidade, um segmento que cumpre uma função social pelo número de empregos que gera, pela capilaridade que tem nos seus negócios, então são empreendedores sim que nós queremos ver acontecer de uma forma digna e legítima em São José dos Campos. Isso sem dúvida nenhuma, eu posso garantir para vocês, foi tema de não uma, mas várias reuniões com a presença do prefeito municipal que trouxe esse problema e falou: 'vamos encontrar soluções.' Então, em momento nenhum, esse entendimento de músico vagabundo e dono de bar bandido prospera dentro da equipe da Prefeitura. Nós estamos buscando encontrar caminhos para que possa ser desenvolvido. Agora, nós temos do outro lado também uma sociedade organizada, que se manifestou também de forma brilhante nas várias audiências públicas, dizendo que: 'a minha opção para o meu bairro é não acomodar entretenimento que vá após as 22 horas. Então é uma teia difícil de você cerzir, são interesses que no momento se mostram contraditórios, mas que com outros diplomas, outros ajustes aqui ou acolá nós podemos ir pacificando, ir aproximando esses segmentos porque aqui todos gostam de música, todos aqui gostam de ir num restaurante e vivenciar essa questão social e, mais do que isso, como eu disse, a capacidade econômica, geração de emprego e renda desse segmento é necessário que nós tenhamos esse olhar cuidadoso, então por isso que nós ampliamos de 54, essa proposta traz isso, de 54 para 144 vias e logradouros que podem acontecer e diferente do que aconteceu na 428. Se ainda não é suficiente para o segmento, mas também é importante dizer que na 428 a análise locacional previa 4, era dos dois lados, fundo e frente. Então que nós tiramos também dessa proposta a análise de frente. É suficiente para o segmento? Não, não é! Porém, nós caminhamos no quantitativo e demos um passo para também ajustar para uma nova leitura de incomodidade trazida no CS... mas trazer de CS4 para CS1, que foi a grande demanda do segmento, nós entendemos que ainda não foi o momento em razão dessa composição e análise comparada. Democracia, isso é democracia, e entender o interesse dos moradores dos bairros residenciais de Zona Mista 1, assim como fizemos, por exemplo, no Bosque Betânia, que reivindicaram, embora eu não tenha comentado, mas reivindicaram a mudança do zoneamento para o bairro de ZM2 para ZM1. Então são momentos que nós entendemos que o processo democrático ele acontece. Falando disso, na fala dos vereadores, da vereadora Amélia e do vereador

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

71

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

Wagner, questionando, não sei se foi nesse sentido, vereador, mas 'que aconteceram alterações no projeto'. Então eu acho isso um grande ganho e efetiva prova de que as audiências públicas, ao contrário do que muitos alegam, as audiências públicas servem sim como grandes colheitas para o processo de aprimoramento e melhoria da proposta base que subiu em 14 de junho. Se a proposta base que subiu em 14 de junho ela foi alterada, ela foi melhorada, foi porque as pessoas e porque vocês foram nas audiências públicas e assim fizeram e assim demonstram de forma cabal que nós levamos esse equipamento para todas as audiências públicas. Então isso nos satisfaz muito ao entender que as pessoas enxergam isso, vereador, que a proposta base foi melhorada, porque ao contrário do que muitos alegaram nas audiências públicas, de que isso é uma peça de ficção, que isso não presta para nada, que eu estou aqui usando nariz de palhaço 'porque eu não vou trazer a minha contribuição porque nada será feito', está aí a prova de que uma proposta que chegou no dia 8 de agosto foi sim melhorada, em muito, em muito, tá? Eu apresentei os gráficos aqui dessas contribuições efetivas. Também na questão do Cerrado eu quero sempre dizer: o instrumento protetivo que saiu de um mapa, que é um anexo, e vai para um texto de uma forma muito mais ampla, territorialmente falando, é uma proposta muito mais arrojada de instrumento protetivo do que você consignar no mapa quais sejam as glebas que têm que se apresentar estudo. Agora não são mais. Em todos os investimentos que se anunciarem têm que fazer os Estudos de Proteção do Bioma. Então, para quem se debruçar nessa análise do texto, e não somente na verificação de mapa, vai perceber claramente do que nós estamos falando. Falando do Cerrado, eu já quero mais uma vez fazer um comentário em retorno ao professor Moraes. Não é verdade que eu não respondi a seus questionamentos! Respondi nas doze audiências públicas. Está lá registrada, então não é verdade que não houve resposta às suas colocações. Então eu vou passar agora para o engenheiro Oswaldo e o engenheiro Rodolfo... Agora não está aberto ao debate. Vocês, por favor, respeitem! Respeitem a condução aqui, por favor! Eu não estou nem ouvindo o que vocês estão falando."

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- "Gente, vamos deixar o Oswaldo falar agora, por favor! Oswaldo..."

O secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, MARCELO MANARA:- "Agora, 11h15min... 11h15min... ah, Macrodrenagem. Calma...! Calma! Eu vou... Eu vou passar, dá as considerações porque falaram da Macrodrenagem aqui, então isso está na lista aqui, se a Ângela tiver um pouco mais

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

72

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

de calma e paciência, vai ouvir sobre a Macro drenagem.”

O diretor de Planejamento Urbano e Rural da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, OSWALDO VIEIRA DE PAULA JÚNIOR:- “Posso responder, gente, pelo adiantar da hora, por favor? Vamos lá? Não quer ouvir, Ângela? Então está bom. Vamos lá, gente! Vou seguir um por um aqui, sessenta, vamos lá. Creusa Fátima Monteiro. A Dona Creusa, ela tem uma propriedade lá no Pernambucano, é na divisa com o Pinheirinho dos Palmares... Oi? Não, eu vou responder um por um, desculpa! O que acontece? O Plano Diretor estabeleceu que lá é uma Macro zona de Ocupação Controlada, destinada a atividades industriais, então o zoneamento, ele não tem força para superar, porque o entendimento da Prefeitura é que a ocupação deva acontecer do Centro para a periferia, lá é uma área extremamente periférica, extremamente carente de serviços, não faz o menor sentido a Prefeitura levar a infraestrutura para uma área tão distante enquanto a gente tem espaços vazios em áreas infraestruturadas. Essa foi a decisão do Plano Diretor para os próximos dez anos, então infelizmente o pleito não pode ser atendido. Com relação... A questão é a seguinte: é que se você admite o residencial, você admite que as pessoas morem lá, essa é a questão. O Plano... seguindo em frente, o senhor David Moraes, ele é do Banhado, ele fez o seguinte questionamento. De novo, eu já falei em todas as audiências e há um equívoco em relação a isso, há um equívoco em relação a essa questão. A ZEIS não é matéria de zoneamento. Zona Especial de Interesse Social ela é matéria de Plano Diretor, ela está estabelecida no Plano Diretor, existe um mapa que relaciona todos os núcleos irregulares no Plano Diretor e lá está. A política de regularização, ela é uma política de Plano Diretor, não é uma política de zoneamento. O mapa de zoneamento, ele carrega aonde são as atividades comerciais e serviços e residenciais. Eu não sou mentiroso, eu tenho trinta anos de Prefeitura e eu exijo respeito, está bom? Está bom? Por favor, que eu estou seguindo. Se você tiver, como professor, a curiosidade de ler o Plano Diretor, você verá o mapa dos núcleos lá. Então, por favor, Moraes, menos leviandade! Não seja leviano, está bom? Está muito tarde para ficar ouvindo isso de bobagem aqui. Vamos lá! A dona Maria Benedita, da Vista Verde...”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Vamos deixar ele falar, gente, por favor! Vamos deixar ele falar. Vocês todos falaram já.”

O diretor de Planejamento Urbano e Rural da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, OSWALDO VIEIRA DE PAULA JÚNIOR:- “Está bom? Ela fala sobre a

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

73

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

questão do Residencial, a Vista Verde, ela foi mantida como Zona Residencial, certo? Os corredores comerciais já estão mantidos lá, a Argentina, Argentina... Vamos seguir, eu vou responder um a um, vamos lá! A Rua Argentina, a Rua México e a Gustavo Rico Toro permaneceram como ruas comerciais, enquanto que a ZR está mantida quase que integralmente na Vista Verde. Com relação à questão dos músicos, o senhor Domingos, da Vista Verde também, questiona a questão das áreas comerciais. De novo, as áreas comerciais estão mantidas na Zona de Uso que hoje está mantida: Gustavo Rico Toro, Argentina e México. O resto do bairro está mantido como ZR na proposta. O Júnior, presidente do Sinhores, o Manara já respondeu as questões da amplitude das vias que são para o CS4-A, certo? Com relação à Rosângela, que fala sobre a questão... A Rosângela Sene, que fala... ela gostaria que o Esplanada tivesse tido uma alteração maior. A questão do Esplanada é a seguinte: a Prefeitura respeitou quase que a totalidade do bairro como ZR, em ouvindo a população, da mesma forma que a Prefeitura ouviu os moradores das vias comerciais, porque também pleitearam. Ou seja, a Prefeitura ouviu ambos os lados. Democracia é ouvir ambos os lados, não somente concordar com vocês, certo? Vamos lá! Ricardo Sampaio, de novo, falou da questão da análise de localização...”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Por favor, vê se você respeita, né? Você está, parece que está... eu acho que você está querendo se aparecer mais que todo mundo aqui. Respeita, por favor, o rapaz falar. Você já teve o seu tempo, já teve o seu tempo. Escuta, por favor.”

O diretor de Planejamento Urbano e Rural da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, OSWALDO VIEIRA DE PAULA JÚNIOR:- “Bom, vamos lá! O Felipe, do Esplanada, também está falando da questão da Maria Demétria Kfuri. A Maria Demétria Kfuri também foi contemplada como Corredor 1. A Maria de Fátima, da Pascoal Moreira, também teve seu pleito contemplado como Corredor 1. A Mirian Aparecida questionou a regularização do Banhado e, de novo, eu insisto: o Banhado trata-se de ZEIS, ZEIS não é matéria do zoneamento, ZEIS é matéria do Plano Diretor, portanto a gente não... Todas as atividades... todos os núcleos relacionados como ZEIS estão no Plano Diretor. A Elaine Silva e a Ângela Silva também questionaram a questão das ZEIS. De novo - eu insisto - ZEIS não é matéria de zoneamento, Ângela. O Plano Diretor já relacionou os núcleos todinhos lá, entendeu? O mapa do Plano Diretor é que traz a questão. O zoneamento não traz matéria de ZEIS, porque ZEIS não é matéria de zoneamento. Vamos lá! John Kleba, com relação ao Bosque Betânia.

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

74

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

De novo, ele pede a criação de ZPA1. A ZPA1 é uma Zona de Uso que trata da várzea do Rio Paraíba do Sul por definição, não se aplica a característica da área do chamado Bosque Betânia, porque o Bosque Betânia, ele não é uma planície do Paraíba, certo? Os parques já foram criados no Plano Diretor. É importante que se diga o seguinte: quando você vai fazer o orçamento, PPA, que é o Plano Plurianual, LOA e LDO, você tem que, para poder gastar o seu orçamento, ele está atrelado ao Plano Diretor. O Plano Diretor já estabeleceu no mapa de parques os parques são prioridades para os próximos dez anos. Então o que o zoneamento está propondo? O zoneamento está propondo o seguinte: como não é possível classificar como ZPA1, porque ZPA1 é uma várzea e várzea não é o terreno do Bosque Betânia, a Prefeitura propôs como ZM1 porque a saída encontrada pela Prefeitura é a transferência do potencial construtivo, que é a saída que municípios como São Paulo já encontrou para situações semelhantes, em que você, para você transferir, você tem que ter um coeficiente a ser transferido. Se você não tiver um coeficiente, você não tem o que transferir. Então a ZM1, ela tem um coeficiente 1.3 porque você tem que transferir algo para outro local para poder preservar isso, isso foi a saída do Parque Augusta. Nós já estamos trabalhando internamente para pós-zoneamento apresentar os instrumentos PGT, EIV, transferência do potencial construtivo e PEUC, são instrumentos que nós vamos apresentar. Esta é a solução encontrada, porque o Plano Diretor já estabeleceu a condição dos Parques para os próximos dez anos e o Orçamento tem que conversar com o Plano Diretor, nós não podemos inventar algo que não esteja no Plano Diretor para efeito de Orçamento, o Tribunal de Contas vem para cima da Prefeitura. Vamos lá. Com relação à Diva Pimentel, Fátima Vieira, Sueli Marques, também a questão do Bosque Betânia, já foi falada por mim. José Moraes falou a questão da ausência de estudos. De novo, eu insisto: o Plano Diretor, ele tem toda uma leitura técnica, tem todo um arcabouço de mapas, tudo que foi... São José dos Campos trabalha com carta geotécnica desde os anos 90, eu estou aqui desde 1990, eu coordenei o processo da carta geotécnica de 90 e os estudos de risco. Então assim, quando a gente determina se uma área é passível de ocupação urbana, passível de expansão urbana não é uma coisa aleatória, é com muita responsabilidade. Eu estou aqui há trinta anos, com muita responsabilidade aqui dentro, passei em primeiro lugar num concurso lá atrás, então eu sei do que eu estou falando, está bom? Então é o seguinte, o que eu estou dizendo é o seguinte. Agora, com relação aos estudos todos, o Plano Diretor, nós temos todos os estudos necessários que o Estatuto da Cidade aponta para fazer zoneamento. A

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

75

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

questão da macrodrenagem está em andamento, Ângela, está finalizando. Como cautela, a ZDCA está estabelecida no Plano Diretor ainda como uma reserva para evitar ocupação na beira de córregos até que o Plano de Macrodrenagem se efetive, não existe irresponsabilidade da nossa parte, está bom? A questão do Rafael Santos, questão do Luiz... Bom, Rafael Santos, do músico, a questão dos músicos já foi respondida, a questão... O Cosme colocou uma situação que eu não entendi, da Brejauveiras, que me parece mais uma questão de obra do que uma questão de zoneamento. Me parece uma questão de obra, não de zoneamento ali, certo? A questão do Breno Augusto, que é da Laurent Martins, que pediu a mudança. A Laurent Martins trecho foi incluído como Corredor 1, conforme proposto. A Carolina Bertolini também falou da questão do Esplanada comercial. As vias que estão lá são as vias que já existem comércio e serviços e que a Prefeitura respeitou tanto de um lado dos moradores que queriam a maioria da ZR quanto de alguns que queriam o benefício das suas vias comerciais, a Prefeitura procurou ouvir ambos os lados. Com relação à Amélia Naomi. A Vereadora Amélia Naomi falou da questão da emenda aditiva. A emenda aditiva protocolada depois do primeiro protocolo foi simplesmente corretiva em relação à remissão de artigo, não houve nenhuma alteração de qualificação técnica. Simplesmente havia alguns artigos remissionados erroneamente do anexo em relação ao texto legal, então não é uma emenda, é uma emenda de erro material, não é uma emenda de conteúdo. Com relação ao Cerrado, que é a grande preocupação. O Cerrado já vem na Lei de Zoneamento de hoje, a ZQA, ela já protege parte do Cerrado, o que a gente fez foi ampliar a questão protetiva do Cerrado para toda a região sul, principalmente leste, onde ele ocorre. Se todos lessem – lessem! - que eu convido a ler o artigo 8, 9 e 10 da lei, você vai ver que todos os estudos para garantir o Cerrado estão lá. Existe um anexo, chamado Anexo II, com todas as minúcias do que deve ser apresentado para preservar o Cerrado. O que me incomoda muitas vezes é as pessoas virem aqui e não ter feito o devido serviço de casa, como aquele senhor falou: 'quantas pessoas leram a lei?' Quase ninguém leu a lei. Leia! Desculpa, estava equivocada aqui. Por favor, que eu vou continuar, está muito tarde e eu quero terminar esse negócio aqui. Vamos lá, está bom? Com relação ao Wagner Balieiro também. Wagner, é o seguinte: a transferência do potencial, o direito de prevenção, são instrumentos que não são prerrogativas da Lei de Zoneamento, eles são criados pelo Plano Diretor e a gente a qualquer momento pode fazer, nós estamos produzindo agora internamente alguns que nós vamos poder já editar até o final do ano aí para

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

76

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

apresentar para vocês, certo? Com relação ao Esplanada de novo, a resposta do Esplanada eu acho que vai passar pelo Banon, pelo Hipólito, pela Tereza Meneghetti, pelo Danilo Bueno, vai passar por vários aqui. Gabriel Alves da Silva de novo falando da irregularidade do processo do Plano Diretor. O Plano Diretor teve conferência de cidade, teve conselho gestor, teve uma série de reuniões, a gente teve uma série... inclusive, o conselho gestor finalizou o processo do Plano Diretor, nós tivemos vários estudos que subsidiaram o zoneamento agora. Quer dizer, falar de irregularidade no mínimo é leviano, pelo grau de informação que tem que as pessoas não fazem a devida leitura, está bom? Com relação às ZEIS. De novo, o Gabriel colocou a questão das ZEIS. Insisto: a ZEIS não é matéria da Lei de Zoneamento, ZEIS é matéria de Plano Diretor. Zoneamento a gente define se é uma área residencial, se é uma área comercial, se é uma área industrial, não se é uma área a ser regularizada ou não. Isso quem define foi o Plano Diretor e já o definiu, está bom? Com relação ao Wilson Cabral de novo falando das questões do Cerrado, já respondi: está na Lei de Zoneamento, está na proposta, é só ler o artigo que vai entender a dinâmica proposta pela Prefeitura. Com relação a mudanças climáticas. Os estudos já estão sendo contratados, não são prerrogativas para fazer Lei de Zoneamento. O Weber faz os comentários com relação à Zona Mista no Esplanada. Nós não concordamos com Zona Mista no Esplanada, tanto que foi proposto como a maior parte dele como Zona Residencial, certo? Cristiano e o Flávio Moura, Andrea falaram com a questão do Esplanada, já está respondida, a questão do bosque já respondi. Vila São Mateus. Vila São Mateus é um loteamento que está na zona rural, ele é de interesse específico, é da política de regularização da Secretaria de Gestão Habitacional e Obras, não é matéria de zoneamento, a gente sabe disso, não é matéria. A questão de infraestrutura, de água, passa por uma outra lógica que não é o zoneamento, está bom? Mas não é através do zoneamento que se atende, está bom? Com relação a, de novo, a crescimento da região norte, o Vanderlei da Graça coloca a questão do crescimento da região norte. Nós já propusemos ali naquela região a centralidade de Santana e permitimos também alguns usos, principalmente Jardim Telespark, Altos de Santana, para realmente poder descentralizar o comércio e serviço naquela região. A zona norte, ela é parte... grande parte dela é de topografia acidentada, não é destinada à ocupação urbana, o que é possível ocupar da zona norte o Plano Diretor permitiu e assim estabeleceu. Bom, vamos lá, Daniel, a questão dos músicos... Ah, outra coisa, Fernando Geremias falou da questão da Livio Veneziani. A Livio Veneziani hoje, o

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019



Câmara Municipal de São José dos Campos (ANAIS)

77

AUDIÊNCIA PÚBLICA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 11/2019 PROCESSO 9.243/2019	DATA
	02.09.2019

zoneamento proposto ZM1 a ela já admite agência bancária, o hipermercado. O zoneamento pedido de ZM4 nada mais é que verticalizar colado na ZR e aí a gente realmente entende que não. A ZM1 já admite hipermercado, agência bancária, a ZM4 admite verticalização, então a gente entende que não é conveniente. Não é conveniente, está bom? Eu estou... A ZM1 está sendo proposta.”

O secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, MARCELO MANARA:- “Não admito isso! Todos os documentos que foram protocolados, que foram lá para ser protocolados foram protocolados. Isso não é verdade, isso não é verdade! Não é verdade isso, ninguém deixou de protocolar um documento na Secretaria. Tenha mais respeito com a verdade! Não, mas você protocolou? Mas protocolou ou não protocolou? Mas protocolou ou não? Então protocolou. Então não fale, não fale que não foi protocolado, que não foi aceito lá, porque isso é mentira!”

O diretor de Planejamento Urbano e Rural da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, OSWALDO VIEIRA DE PAULA JÚNIOR:- “Todos os documentos protocolados até o dia 5 de... cinco dias após... CS1. Permite supermercado, permite supermercado. Supermercado, mas permite, mas permite supermercado, permite supermercado. Bom, vamos lá. Está certo. Bom, com relação ao Esplanada, Silvio, Milton, Renato, José, Samuel Gomes, são todas questões do Esplanada já faladas, eu acho que os assuntos seriam esses, Manara. Está bom?”

O secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, MARCELO MANARA:- “Bom, eu vou retornar para o presidente. Fizemos aqui os esclarecimentos ponto a ponto a todos que falaram e estão feitas essas devolutivas com relação às considerações que foram trazidas aqui. Eu quero aproveitar para parabenizar a todos que estiveram aqui que se comportaram dignamente, porque é uma discussão e é um debate. E aí eu vou devolver para o presidente para que a gente possa fazer o encaminhamento final.”

O senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA:- “Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa Audiência Pública. Boa noite a todos!”

Nada mais havendo a ser tratado, o senhor presidente, vereador ROBERTINHO DA PADARIA, declarou encerrada a presente Audiência Pública, o que se deu às 23h33min.-.....

CMSJC-001 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 9.243/2019